

COMBATER E DERROTAR A OFENSIVA DA REACÇÃO CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

Os latifundiários e os que os apoiam tentam a todo o custo travar o passo à Reforma Agrária. A essas tentativas, os trabalhadores do campo, em aliança com a classe operária, saberão opor-se com a firmeza inabalável de que já têm dado provas

Editorial

A CRISE POLÍTICO-MILITAR TEM UMA SAÍDA

A crise político-militar que a Revolução portuguesa atravessa está longe de ser resolvida. Acumularam-se factores de agravamento que se por um lado dificulta a concretização das perspectivas duma solução favorável que se tinham desenhado na última semana, por outro lado mais torna urgente a solução política preconizada pelo PCP.

Quais são os factores de agravamento? No plano militar prosseguem os esforços da direita para se assenhorar dos centros de decisão e desalojar dos pontos nevralgicos oficiais, sargentos e praças dos mais progressistas e revolucionários ao mesmo tempo que actos tendentes à formação de um dispositivo militar e de um exército profissionalizado, de carácter repressivo, claramente não orientados para a defesa do processo revolucionário, são factores que adensam os perigos de uma confrontação armada.

No plano político, a necessária clarificação, tornada possível pelas potentes acções de massas da última semana, foi dificultada por iniciativas paralizantes das forças empenhadas em destruir a Revolução ou em desviá-la para objec-

(Continua na pág. 2)

A campanha contra a Reforma Agrária assumiu nas últimas duas semanas uma intensidade extraordinária. Não se trata já de iniciativas isoladas. Os ataques, as calúnias, as provocações, as manobras, provêm de várias direcções. Mas o objectivo é o mesmo. As forças políticas, individualidades e jornais que participam na ofensiva investem contra os Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas, insultam os seus dirigentes e membros e levantam contra o nosso Partido acusações inteiramente falsas. O MFA é também alvo de insultos, e activistas do PS e do PPD começam a criticar duramente o comandante da IV Região Militar, brigadeiro Pizarat Correia, pelo facto de esse oficial condenar as actividades provocatórias dos bandos arruaceiros que tentam lançar trabalhadores contra trabalhadores.

AGRÁRIOS ORGANIZAM A PROVOCAÇÃO

Durante vários dias, com o apoio da imprensa reaccionária de Lisboa, elementos contra-revolucionários espalharam os boatos mais fantásticos por todo o Alentejo. A reacção anunciava a guerra civil, a ocupação pela força de centenas de pequenas e médias propriedades, perseguições e violências contra os pequenos agricultores. Para atrair gente, os organizadores recorreram às receitas tradicionais do anticomunismo mais primário.

O plenário de pequenos e médios agricultores atraiu à Praça de Touros de Beja quase 2000 pessoas. Muitas desconheciam o próprio tema de reunião. O número de elementos totalmente estranhos aos problemas da terra era considerável. De registar a presença de cerca de 30 agrários e de várias dezenas de marginais.

Tais como se passaram durante e após essa reunião fantasma, manipulada por caciques do PS e grandes agrários (dos quais alguns se dizem «socialistas») que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja emitiu um comunicado para desmascarar toda a manobra.

«Da pseudo-reunião — salienta-se nesse documento — ressaltou logo aos olhos dos pequenos e médios agricultores a infiltração de muitos grandes agrários, dos quais citamos José Raposo Gonçalves e José Rocha Guerreiro Raposo, de Ferreira do Alentejo, Anselmo Mira da Silva (Santa Vitória), António Campanico e Irmão (Pias), Anselmo da Palma (Mérito-

(continua na pág. 6)

BOMBAS NO PORTO

A reacção fascista acaba de perpetrar mais um criminoso atentado terrorista. Na madrugada de ontem, no Porto, explodiram bombas em duas viaturas, provocando avultados danos materiais. Os conspiradores prosseguem a sua campanha contra o processo revolucionário, contra as massas populares, contra o Povo Português.

Cerca das 4 e 10 da manhã uma bomba de grande potência rebentou no automóvel de um militante do Partido Comunista Português. A explosão, verificada na rua São Dinis, destruiu totalmente o carro do nosso camarada José Ramos da Silva e, devido à sua potência, houve vidros partidos num raio de cem metros. Outra das bombas que rebentaram no Porto destruiu parcialmente o veículo do alferes Franklin, militar revolucionário, membro da Comissão de Luta do CICAP/RASP.

Os atentados criminosos com que a reacção fascista pretende instaurar o terror na nossa Pátria não devem ficar sem resposta. As massas populares devem esmagar rapidamente as actividades dos fascistas e contra-revolucionários. Os operários, camponeses, soldados e marinheiros, todos os trabalhadores, devem cortar o passo à reacção.

TODO O APOIO AO MPLA!

O MPLA proclamará no dia 11 de Novembro a independência de Angola. É o legítimo representante do povo angolano. Não são interlocutores do povo português movimentos que combatem ao lado do ELP, financiados pelo imperialismo

No dia 11 a bandeira portuguesa será arriada em Luanda, após a evacuação dos últimos contingentes militares das FAP. O MPLA, que administra 12 das 16 Províncias do país, proclamará a independência nesse dia. Aproximadamente 80 países reconhecerão a independência de Angola sob a égide do MPLA e a presidência do camarada Agostinho Neto. Portugal, ao que se anuncia oficialmente, não será um desses países embora reconheça também, a partir da referida data, a plena independência de Angola.

Estamos, assim, perante uma contradição reveladora dos graves erros e desvios que ficaram a assinalar o processo de descolonização em Angola.

As forças progressistas portuguesas, cuja acção levou às grandes conquistas revolucionárias posteriores ao 25 de Abril, estão soli-

Portugal como em Angola. Mais uma vez «a contra-revolução age de concerto em Portugal e em Angola: agindo em Portugal visa também impedir o acesso à independência do povo angolano e agindo em Angola visa também subverter o processo revolucionário.»

No terreno diplomático, os Acordos do Alvor são invocados com excessiva e suspeita frequência. Na realidade esses Acordos foram completamente ultrapassados pela evolução dos acontecimentos. Deles resta apenas uma data: o 11 de Novembro. Quem aliás hoje exige com mais calor o cumprimento de compromissos assumidos durante as negociações realizadas no Algarve são precisamente aqueles que trataram de os violar logo depois de tê-los assinado. A tese segundo a qual o Estado português deverá adoptar uma posição de equidistância e

neutralidade em face dos três movimentos e recusar-se, portanto, a transferir os poderes que ainda exerce para o MPLA não encontra apoio nem em sólidos argumentos jurídicos, nem na situação de facto existente em Angola, nem em princípios humanistas, nem na defesa dos interesses das populações angolanas, incluindo ao 100 000 portugueses que ficaram em Luanda.

O MPLA E OS DOIS FALSOS INTERLOCUTORES

Não há argumentos que possam negar a evidência. O MPLA é o legítimo representante do povo angolano. Foi ele quem durante 13 anos conduziu a luta de libertação nacional, pagando pelo seu combate herói-

(Continua na pág. 3)

CEAUCESCU EM LISBOA

A visita do camarada Nicolae Ceaucescu a Portugal, a primeira de um Chefe de Estado socialista ao nosso país, constitui um poderoso reforço para o estreitamento de relações entre povos amigos que o fascismo separou por longos anos

(Pág. 4)



DELEGAÇÃO DO CONSELHO MUNDIAL DA PAZ EM PORTUGAL

A delegação do Conselho Mundial da Paz que se encontra no nosso País avisou-se com representantes do Partido Comunista Português (gravura junto) e participou num comício realizado na Cova da Piedade, que foi uma vibrante demonstração de internacionalismo proletário, de que damos notícia na página 4.



COSTA GOMES NA JUGOSLÁVIA

Assinado um acordo cultural e criadas duas comissões paritárias para os assuntos culturais e económicos. Francas perspectivas no âmbito do comércio e do turismo, mediante acordos já concluídos. Condenadas as ingerências externas em Angola

Normalizadas oficialmente em Junho de 1974 com a reabertura das missões diplomáticas dos dois países, as nossas relações com a Jugoslávia fortaleceram-se com a viagem oficial de três dias que o Presidente Costa Gomes acaba de fazer àquele país socialista. No jantar oferecido pelo marechal Tito, o chefe do Estado português teria oportunidade de recordar que a normalização dessas relações «permitiu já encontrar pontos de vista comuns em vários domínios, nomeadamente no que respeita ao comércio externo, ao turismo, à economia, aos transportes, à cultura, à cooperação técnica e científica, que estamos preparados para levar às suas consequências lógicas».

Aspecto saliente da visita que, a convite oficial será retribuída pelo presidente jugoslavo, foi a assinatura em Belgrado de um acordo cultural válido por cinco anos. Portugal e a Jugoslávia «estabelecerão periodicamente programas de cooperação no domínio da educação e da cultura», dispõe o acordo. «Uma comissão mista de composição paritária, encarregada de apresentar sugestões, recomendações e conselhos às partes contratantes», terá a seu cargo a definição das «actividades concretas a realizar, as condições de organização dessas actividades e das trocas previstas nos programas, assim como o modo de financiamento».

O acordo abrange a cooperação entre universidades, outros estabelecimentos e instituições culturais e de ensino; visitas recíprocas de professores; trocas de informações e de documentação; desenvolvimento das relações entre organizações artísticas; bolsas de estudo, equivalências de

títulos, graus e diplomas académicos; conhecimento mútuo da história da literatura, do teatro, da música, das artes plásticas e rítmicas e da cinematografia; visitas de intelectuais e artistas, organização de exposições, espectáculos, festivais, programas de rádio e televisão, tradução e publicação de obras literárias, artísticas e outras de índole cultural; bem como o desenvolvimento do intercâmbio no que respeita a desportos e educação física.

O presidente Costa Gomes e a comitiva, afectuosamente recebidos pelo povo e os governantes jugoslavos discutiram assuntos de interesse para os dois países, em reuniões amplas e em privado, tendo visitado, entretanto, o Combinado Agrícola de Belgrado e os Estaleiros «Três de Maio», em Rijeka, capital da Croácia, onde, segundo declarações do presidente Costa Gomes, se constroem navios de grande porte e cuja acção pode vir, no futuro, a ser concertada com os estaleiros e os operários portugueses desse ramo.

MAIS ESTABILIDADE NA SEGURANÇA E NA PAZ

Representante de um povo cujas reservas morais o regime fascista foi dilapidando ao longo dos anos e das décadas, o presidente Costa Gomes salientou em Belgrado o facto de a Revolução ter restituído aos portugueses a sua dignidade nacional e o direito de escolherem o seu próprio destino.

No domínio das questões internacionais, que constituiu um dos pontos altos das

conversações entre os dois chefes de Estado, *ambos saudaram — segundo o comunicado conjunto — o sucesso final da CSCE (Conferência de Segurança e Cooperação Europeia) e reafirmaram a divisão dos seus países de, juntamente com os outros participantes da Conferência, se empenharem na observância do espírito na aplicação das decisões do Acto Final da Conferência (de Helsinquia). Ambos sublinharam, em especial — prossegue o comunicado final da visita — a necessidade de uma valorização idêntica do significado e da utilidade de todas as partes deste documento, a fim de que a sua aplicação global possa conduzir, na base da igualdade, a um aprofundamento da confiança e cooperação entre todos os países.*

Ainda sobre o mesmo assunto refere o comunicado que, *partindo da interdependência real entre as nações do mundo, os dois presidentes realçaram a sua convicção de que uma paz e segurança mundiais mais estáveis, relações mais justas entre os povos e uma cooperação internacional em pé de igualdade só serão possíveis se o processo de desanuviamento e a resolução dos problemas internacionais mais candentes for processado à escala universal.*

Sobre as relações internacionais e a cooperação entre os povos da RSF da Jugoslávia e da República de Portugal, os dois presidentes concluem o comunicado manifestando «uma profunda satisfação pelo seu encontro» e pelos resultados obtidos nas conversações que efectuaram.

— Nós consideramos que as perspectivas de uma melhoria das relações no nosso continente estão intimamente ligadas à solução de outros grandes problemas internacionais, tais como a crise sempre inquietante do Próximo Oriente e a corrida contínua

aos armamentos. Quero afirmar a propósito — acrescentou — que as mudanças políticas no que respeita às relações económicas internacionais tendo em vista instaurar um sistema mais justo neste domínio e permitir um desenvolvimento mais rápido dos países em vias de desenvolvimento — salvaguardando o respeito pelos interesses de todos os países — constituem um imperativo do nosso tempo.

Segundo o comunicado final, «os dois presidentes exprimiram a sua satisfação pelo facto de já terem sido assinados acordos sobre comércio, turismo e supressão de vistos». Além do já citado Acordo de Cooperação Cultural, «foi confirmada a intenção de, num futuro próximo, se concluir acordos que regulem a cooperação nos domínios dos transportes, do intercâmbio científico e técnico».

Particular importância foi dada, entretanto, aos trabalhos do comité misto para a cooperação económica, que começará em breve a funcionar, tendo em conta «a necessidade de esforços bilaterais, a fim de desenvolver rapidamente as relações económicas».

«Certos de que esta visita e estas conversações representam um maior avanço na cooperação, aproximação e amizade entre os povos da RSF da Jugoslávia e da República de Portugal», os dois presidentes concluem o comunicado manifestando «uma profunda satisfação pelo seu encontro» e pelos resultados obtidos nas conversações que efectuaram.

EM ROMA E NO VATICANO

Um dia antes da sua visita à Jugoslávia, a comitiva presidencial portuguesa esteve no Vaticano e em Roma. Do encontro com o Papa diria o presidente Costa Gomes que, «como sempre, foi focada a questão da autoridade, da disciplina, do trabalho, porque todos sabemos que sem um Governo que tenha autoridade, prestígio e que imponha uma certa disciplina no País, a nossa Revolução não pode prosseguir».

O trabalho que precisamos de realizar, se quisermos sair deste impasse, que é provocado pela nossa situação económica, foi a seguir referido pelo general Costa Gomes como «aspecto importantíssimo» das conversações que teve com os governantes italianos, incluindo o presidente Leone.

Frísando que «sempre tem em vista nas deslocações ao estrangeiro defen-

der a posição do Governo, da Revolução Portuguesa e do prestígio da Nação», Costa Gomes acrescentou que Paulo VI mostrou muita compreensão para com o momento que se vive em Portugal e para os últimos passos da descolonização.

Sobre este assunto, focado em todas as visitas, merece referência o comunicado conjunto assinado na Jugoslávia, onde é saudada «a política de descolonização do Governo português, que devolveu a Portugal a dignidade de um país democrático».

Como jugoslavos e portugueses exprimissem «a sua preocupação pelos acontecimentos em Angola», o comunicado considera perigosas as ingerências externas naquele território e tem por indispensável que as forças internas angolanas ultrapassem as presentes dificuldades, a fim de que Angola possa ascender à independência em condições conducentes a um desenvolvimento progressivo do país. Os dois presidentes são de opinião que qualquer prolongamento de formas de governo colonial contém em si, objectivamente, elementos de uma crise já existente ou potencial de dimensões mundiais.

SOLIDARIEDADE NORTE-VIETNAMITA

As provas de solidariedade e apoio à Revolução Portuguesa e ao Partido Comunista continuam a manifestar-se, vindas das mais diversas partes do mundo, vencendo as fronteiras que separam os países, aproximando os povos nesse sentimento sublime que é o internacionalismo proletário.

A mensagem enviada recentemente ao Comité Central do nosso Partido pelo Comité Central do Partido dos Trabalhadores do Vietname do Norte prova-o bem, mostrando ao mesmo tempo com que atenção e esperança os povos do mundo seguem o desenrolar do processo no nosso País. É o seguinte o texto dessa mensagem que, dirigida ao PCP, é uma mensagem para o povo português:

As ondas de violência anti-revolucionárias provocadas sucessivamente em Portugal pelas forças reaccionárias no interior e no exterior procurando combater o Partido Comunista e as outras forças progressistas para tentar suprimir o regime democrático em Portugal, criam uma situação extremamente grave.

Juntamente com os povos progressistas do mundo, o Partido dos Trabalhadores e o povo do Vietname condenam os negros designios e manobras dos contra-revolucionários portugueses, encorajados e ajudados pelas forças reaccionárias internacionais.

Apoiamos o trabalho de unidade, de luta, do Partido Comunista, das forças revolucionárias e progressistas e do povo português na defesa das conquistas da revolução, fazendo avançar Portugal na via da democracia, pela independência e progresso social.

Após o Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo ter visitado o Presidente da Roménia no Palácio de Queluz, realizou-se, na Ajuda, um jantar oferecido pelo general Costa Gomes em honra de Ceausescu.

Ontem, o camarada Ceausescu visitou Setúbal, onde percorreu os respectivos estaleiros, e seguiu depois para Sintra, onde o almirante Pinheiro de Azevedo lhe ofereceu um almoço no Palácio local.



CEAUSESCU EM PORTUGAL

A visita a Portugal do Presidente da República Socialista da Roménia representa um fortalecimento dos laços já existentes entre o nosso país e os países socialistas

O camarada Nicolae Ceausescu, Presidente da República Socialista da Roménia, encontra-se entre nós desde a passada terça-feira, a convite do Presidente Costa Gomes, tornando-se assim o primeiro Chefe de Estado de um país socialista a visitar Portugal.

Deslocando-se a Portugal, onde permanecerá até amanhã, o Presidente Ceausescu retribuiu a visita que o general Costa Gomes efectuou a Roménia no passado mês de Junho.

Acompanhado por sua esposa e comitiva, o Presidente Ceausescu chegou ao aeroporto de Lisboa às 12 e 30 de terça-feira, tendo sido recebido com todas as honras inerentes ao elevado cargo que ocupa.

Após o avião que transportava o Presidente da Roménia se ter imobilizado no asfalto do Aeroporto de Lisboa, o general Costa Gomes, acompanhado do embaixador da Roménia no nosso país e do ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo Provisório, recebeu o Presidente romeno e sua comitiva à saída do avião.

Após cumpridas as honras militares da praxe, tendo sido executados os hinos dos dois países, e após o desfile das forças militares presentes, o camarada Ceausescu recebeu os cumprimentos das numerosas individualidades que o aguardavam. Estavam presentes o Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, os ministros do VI Governo Provisório, membros do Conselho da Revolução e representantes de partidos políticos, entre os quais o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português. Estavam, igualmente, presentes, desejando as boas-vindas ao Presidente da República Socialista Romeno, os embaixadores dos países socialistas em Portugal.

O PROGRAMA DA VISITA

O programa da viagem do Presidente Ceausescu a Portugal, que constitui um importante marco no desenvolvimento das relações entre o nosso País e os países socialistas, iniciou-se no próprio dia da chegada de Nicolae Ceausescu.

As 16 e 45 os dois presidentes iniciaram em Belém, com a presença das respectivas delegações as conversações bilaterais, depois de o Presidente romeno ter recebido, no Palácio Nacional de Queluz, onde ficará instalado durante a sua estada em Portugal os cumprimentos das autoridades locais.

Após o Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo ter visitado o Presidente da Roménia no Palácio de Queluz, realizou-se, na Ajuda, um jantar oferecido pelo general Costa Gomes em honra de Ceausescu.

Ontem, o camarada Ceausescu visitou Setúbal, onde percorreu os respectivos estaleiros, e seguiu depois para Sintra, onde o almirante Pinheiro de Azevedo lhe ofereceu um almoço no Palácio local.

postado pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central.

O encontro decorreu em ambiente de franca compreensão e camaradagem entre representantes de partidos irmãos.

Hoje, prosseguem as conversações entre Ceausescu e Costa Gomes, depois de o Presidente romeno se ter deslocado ao laboratório de Engenharia Civil e à Évora. Amanhã, último dia da presença do camarada Ceausescu em Portugal, será elaborado o documento bilateral da visita do Presidente da República Socialista da Roménia a Portugal, realizando-se seguidamente uma conferência de imprensa no Palácio Nacional de Queluz, às 11 horas. Nicolae Ceausescu parte para a Roménia às 11 e 30 de amanhã.

Boas-Vindas

Entretanto, no discurso de boas-vindas ao presidente Ceausescu e à sua comitiva, o chefe do Estado

português, depois de se referir ao reforço de «uma mútua amizade que não queremos efémera», histórico brevemente as relações entre os dois povos, que «tiveram sempre consciência da sua comunidade de língua, cultura e civilização». Depois de citar os objectivos do MFA e os resultados da descolonização, Costa Gomes falou do encerramento dos trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, «cujo espírito Portugal aderiu no contexto das novas coordenadas da sua política externa» e do desanuviamento no continente europeu, que «é condição indispensável à paz, ao desenvolvimento e à verdadeira independência nacional».

Os «acordos de natureza vária com os países socialistas» foram também referidos pelo presidente Costa Gomes ao falar do desenvolvimento em termos revolucionários e ao sublinhar «os laços já muito sólidos entre o Povo e a Nação portuguesas e o Povo e a Nação romenas».

A REPRESSÃO NO BRASIL

O Brasil sofre neste momento uma das piores ondas de repressão dos últimos anos. Em São Paulo, os torturadores do DOI assassinaram um jornalista

No Brasil a escalada de terror policial ampliou-se extraordinariamente na última semana. Segundo os porta-vozes militares da ditadura do general Geisel, a ofensiva visou sobretudo o Partido Comunista Brasileiro. Mas o hábito de apontar como comunistas todos os elementos progressistas que lutam contra o fascismo é, no Brasil, também uma tradição do aparelho repressivo. A onda de prisões atingiu desta vez com uma intensidade particular o sector da Informação. Entre os numerosos jornalistas presos figuram três dos mais destacados elementos da imprensa de São Paulo: Rodolfo Kondor, editor internacional da Revista «Visão» Vladimir Herzog, director do Departamento de Informação da TV-Cultura de São Paulo; e Jorge Duarte Estrada, director gráfico dos Suplementos do «Estado de S. Paulo». Os torturadores do DOI — um dos mais sinistros antros de tortura do mundo — assassinaram Vladimir Herzog e trataram depois de esconder o crime, afirmando que se suicidara na cela após um interrogatório. A infâmia e as calúnias que a acompanharam apenas contribuíram para aumentar a indignação. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado de São Paulo divulgou um veemente protesto e a Federação Nacional dos Jornalistas pediu a todos os seus associados que observassem três dias de luto.

O cardal de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, visitou a câmara ardente, e o funeral de Herzog foi uma demonstração muda de protesto contra o fascismo. O sector da Informação comparou em massa — mais de 300 trabalhadores intelectuais estiveram presentes — e o governo viu-se obrigado a fazer concessões. Rodolfo Kondor, Anthony de Christo, Duarte Estrada e outros jornalistas foram autorizados a acompanhar o funeral, sob vigilância policial.

Mais de 70 pessoas — a maioria estudantes, jornalistas e trabalhadores intelectuais de vários ramos — continuam presos, algumas incomunicáveis há mais de duas semanas. Entre elas conta-se o estudante português Miguel Trefaut Urbano Rodrigues, de 22 anos, filho do nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues.

A solidariedade do povo português aos antifascistas brasileiros vítimas das perseguições do aparelho repressivo assumiu uma expressão comovedora nos últimos dias. Organizações estudantis, comissões de trabalhadores e moradores, o MDM, gráficos de vários órgãos de Informação, organizações regionais de partidos políticos progressistas dirigiram protestos à Embaixada do Brasil exigindo a imediata libertação de todos os presos políticos. O facto de entre as vítimas mais recentes da re-

pressão figurar um estudante português e alguns jornalistas que tiveram durante anos um papel destacado na divulgação da luta do povo português contra o fascismo e o colonialismo contribuiu para imprimir proporções maiores à campanha de solidariedade em curso.

Vladimir Herzog foi um dos fundadores do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola, criado em São Paulo em 1961, em cooperação com elementos do MPLA. Rodolfo Kondor, um dos mais talentosos jornalistas da América Latina, sentiu sempre como sua a luta do povo português e escreveu recentemente na «Visão» uma lúcida reportagem sobre a Revolução Portuguesa que lhe valeu as perseguições e insultos do fascista Carlos Lacerda, pois cometera o «crime» de publicar declarações dos nossos camaradas Jaime Serra e Dias Lourenço.

Para divulgar factos relacionados com a repressão em São Paulo e Pernambuco, o Comité Pró-Amnistia Geral dos Presos Políticos do Brasil deu em Lisboa na segunda-feira uma Conferência de Imprensa durante a qual o nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues e o dr. Fernando Pereira Santos, em nome daquela organização, fizeram um apelo para a rejeição da actual campanha de solidariedade à luta do povo brasileiro contra o fascismo e a repressão. Dois aspectos dos métodos do desmascaramento para além do aparelho de terror policial brasileiro, foram salientados: 1.º A necessidade de encaminhar as iniciativas de solidariedade de modo a evitar actos como os cometidos contra a embaixada de outro país submetido ao fascismo, pois Spínola e Caetano seriam os primeiros a esfregar as mãos se tal se verificasse, e tais actos em nada ajudam as vítimas da repressão. 2.º A relação existente entre a actual onda de prisões e a capitulação do Governo Geisel perante o imperialismo na questão do petróleo. Antecipando-se à revolta popular provocada pela autorização dos «contratos de risco», que acabam com o monopólio nacional que a Petrobrás — companhia estatal — exercia a ditadura desencadeou contra os meios ligados à informação e à Universidade uma campanha de terror policial.

CIENTISTAS SOVIÉTICOS EM LISBOA

Uma delegação da Associação de Amizade URSS-Portugal estará entre nós no próximo mês, a fim de participar nas comemorações do 58.º aniversário da Revolução de Outubro. Três cientistas que fazem parte da delegação falam para o «Avante!» nas vésperas da sua partida

No começo de Novembro inaugurar-se-á em Portugal a década da União Soviética, em comemoração do 58.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro. O programa deste empreendimento será amplo e multilateral, incluindo a participação de artistas e desportistas, exhibições de filmes, conferências e exposições que falarão da vida na URSS sob aspectos diferentes.

Um grupo de activistas da Associação de Amizade URSS-Portugal deslocar-se-á a Lisboa para tomar parte nesta iniciativa. Além de representantes de várias cidades do País, fazem parte deste grupo três cientistas moscovistas.

Kiva Maidannik, investigador-chefe do Instituto da Economia mundial e Relações Internacionais da Academia de Ciências da URSS, especialista em História do Movimento Operário Internacional e em História dos países da Península Ibérica e da América Latina, declarou, nas vésperas da sua partida:

«Para mim, em particular, é uma grande alegria visitar este país que inicia uma revolução. No momento actual, Portugal é um enorme laboratório no qual a actividade criadora das massas revela novas leis do desenvolvimento da História, de grande significado, não só para o país em foco, como para todo o Mundo».

Os cientistas soviéticos têm revelado um crescente interesse pelos problemas económicos e políticos de Portugal. Uma série de Institutos de Pesquisa Científica da Academia de Ciências da URSS estudam estes problemas, e muitos jovens cientistas tomaram-no como tema das suas teses. As frequentes discussões científicas sobre este problema, realizadas em Moscovo, atraem a atenção de amplos círculos de investigadores.

A nossa viagem a Portugal é uma expressão da amizade e solidariedade que nutrimos pelo vosso povo. Vamos a este país não só para compartilharmos com os cientistas portugueses os nossos conhecimentos, como também para aprendermos e enriquecermos as nossas ideias sobre a Revolução Portuguesa.»

PORTUGAL ESTUDADO NAS UNIVERSIDADES

Por sua vez, Seguei Sokolov, doutor em Medicina, professor, chefe da secção de cirurgia cardíaca do Instituto de Transplantações de órgãos e tecidos, do Ministério da Saúde Pública da URSS, declarou:

«Sou cardiocirurgião de profissão, e ultimamente dedico-me aos problemas de transplantação do coração. Naturalmente que estou profundamente interessado em obter conhecimento com os meus colegas portugueses e saber como se desenvolve a medicina no vosso país».

Estou convencido que os contactos bilaterais entre representantes de diferentes profissões ajudarão os nossos povos a conhecerem-se melhor, e contribuirão para o fomento da cooperação entre a URSS e Portugal. Quanto a nós, estamos dispostos a fazer todos os esforços para que a cooperação se desenvolva e se fortaleça em proveito dos nossos povos e a bem da paz no planeta».

Finalmente, Elena Volf, doutora em Filologia, colaboradora científica do Instituto de Línguas da Academia de Ciências da URSS, disse-nos:

«Os soviéticos seguem com grande atenção o decorrer dos acontecimentos em Portugal, apoiando sinceramente a luta do povo português pelas transformações progressistas e democráticas no país. Depois do 25 de Abril de 1974, cresceu, na URSS, um sensível interesse pela língua portuguesa, estando já vários estabelecimentos superiores de Moscovo e Leningrado a preparar especialistas neste sector. Os estudantes aprendem a história da língua, gramática teórica, introdução à filologia portuguesa, além de fazerem pesquisas científicas».

Portugal é um país que conheço só pelos livros, mas a cuja língua dediquei alguns trabalhos meus. Será por conseguinte uma grande alegria para mim visitá-lo, justamente neste empolgante momento histórico.»

EXPOSIÇÃO VENDA DO LIVRO SOVIÉTICO

FEIRA POPULAR

3 — 16 NOVEMBRO



ORGANIZAÇÃO DA CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

EM COLABORAÇÃO COM A

MEZDHUNORODNAYA KNIGA



GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE

O grande comício realizado na Cova da Piedade, a que esteve presente uma delegação do Conselho Mundial da Paz, foi uma vibrante demonstração de internacionalismo proletário

Os trabalhadores da margem esquerda do Tejo, mais especificamente, os operários e trabalhadores de Almada e Cova da Piedade, viveram na passada terça-feira uma grandiosa jornada de internacionalismo proletário, com a realização de um comício a que esteve presente a delegação do Conselho Mundial da Paz que se encontra no nosso País.

que nos dê o direito de construir na nossa Pátria uma sociedade socialista é que nos interessa.» O comandante Costa Santos finalizou a sua intervenção apelando para que os trabalhadores mantenham vigilantes e focu a próxima independência de Angola como sendo um dos alvos para o qual o imperialismo investe. Finalizou acentuando que a verdadeira paz só é possível com o socialismo e apelou para a unidade de todas as forças interessadas na construção do socialismo, único meio de defender a revolução e derrotar o imperialismo.

Afirmando que em Angola não se joga apenas o futuro do povo angolano, Aguilalido Jaime afirmou a determinado passo: «A independência não se concede; a independência arranca-se, e é por isso que no 11 de Novembro nós iremos proclamar a nossa independência custe o que custar.» E mais adiante: «A vontade do povo angolano é inquebrável, é clara. Ele já escolheu há muito a sua vanguarda e essa vanguarda é o Movimento Popular de Libertação de Angola.»

no nosso País desde o princípio da semana é composta por Carlos Altamirano, secretário-geral do PS Chileno, Jean Michel Ebaka, da República Popular do Congo, Joseph Robert, padre operário francês, Roger Billé, membro do secretariado do Conselho Mundial da Paz, Dimitri Tomashevsky, professor universitário da União Soviética, Le Dinh Nhan, da República Democrática do Vietnam e o cônego Raymond Goor, secretário-geral do Conselho Mundial da Paz.

OS TRABALHADORES: CLASSE DIRIGENTE DA REVOLUÇÃO

Usou, depois da palavra em nome do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o professor Orlando de Carvalho que começou por saudar a classe operária da margem sul do Tejo, o glorioso proletariado que, nos duros anos da ditadura fascista, soube estar na vanguarda da luta de libertação do povo português. Referindo-se à

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Finalmente, coube aos membros da delegação do Conselho Mundial da Paz fazerem alocações no grande comício de solidariedade internacionalista. O cônego Raymond Goor, secretário-geral do CMP e Prémio Lênine da Paz, o padre operário francês Joseph Robert, director da



ambos do Conselho Português para a Paz e Cooperação. O primeiro orador deste grande comício de solidariedade internacionalista, que levou à Sociedade União Piedense milhares de trabalhadores que enchiam por completo a sala, foi um representante das organizações populares da Cova da Piedade que, a determinada altura afirmou: «Poder Popular é tu, operário, és tu, camponês, és tu, soldado e marinheiro, és tu, pescador, somos todos nós, vítimas da exploração capitalista e colonialista, do fascismo e imperialismo. Lutar pelo socialismo é construir o poder popular.»

coragem e tenacidade dos trabalhadores da margem sul do Tejo, Orlando de Carvalho definiu-os como o «símbolo da autêntica classe dirigente da revolução portuguesa que vamos construir: a classe trabalhadora.» Mais adiante, Orlando Carvalho afirmou: «Neste momento é mais importante do que nunca que a voz dos trabalhadores se faça ouvir num movimento imparável, num movimento imbatível que arraste de Norte a Sul do País toda a autêntica opinião pública portuguesa e faça mostrar aos responsáveis políticos que nenhuma força será capaz de lutar contra a muralha que o povo erguer. Chegou o momento de falarmos claro, chegou o momento de falarmos alto.» Centrando a sua intervenção sobre os dois mais importantes problemas, o da independência nacional e da descolonização, Orlando de Carvalho considerou-os como dois problemas interligados. A dado passo, pronunciou-se contra o mendigar de empréstimos que se tem andado a fazer junto do capitalismo, tendo citado a propósito uma frase do camarada Fidel Castro: «Temos que ter a coragem de ser pobres para termos o direito de sermos livres.»

revista «Temoignage Chrétien», Roger Billé, o professor universitário soviético Tomashevsky e Jean Michel Ebaka, da República Popular do Congo, demonstraram, nas curtas intervenções que fizeram, a grande solidariedade que os povos livres do mundo inteiro manifestam aos trabalhadores portugueses na luta pela construção do socialismo. Particularmente aplaudido, Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista Chileno, referiu-se à grande causa da solidariedade internacional, tendo afirmado nomeadamente: «Perdemos no Chile, mas ganhámos em Cuba, ganhámos no heróico Vietnam, ganhámos com os povos palestinianos, ganhámos com o povo angolano e o MPLA, ganharemos a batalha de Portugal. Portugal não será um Chile, mas será um Vietnam vitorioso.» Na sua intervenção, Carlos Altamirano focou ainda a necessidade de unidade das forças populares e revolucionárias e, reportando-se à actual situação do Chile, afirmou: «Cada militante do Partido Comunista morto pela ditadura é chorado por nós como se fosse um militante do Partido Socialista, porque o fascismo não distingue entre comunistas e socialistas.» Aos gritos, por parte dos trabalhadores, de «O Chile Vencerá!», Carlos Altamirano finalizou a sua intervenção, incitando: «Avancar, avançar, até à vitória, sempre!» Finalmente, a finalizar o comício, usou da palavra o camarada Le Dinh Nhan, da República Democrática do Vietnam. Depois de referir a heróica luta do seu povo até à vitória final sobre o imperialismo, Le Dinh Nhan, entusiasticamente aplaudido, expressou a solidariedade militante do povo vietnamita para com a revolução portuguesa.

UNIDADES DAS FORÇAS INTERESSADAS NO SOCIALISMO

Seguidamente e num breve improviso que galvanizou os milhares de trabalhadores presentes, usou da palavra o comandante Costa Santos, do MFA, que saudou a delegação do Conselho Mundial da Paz, o passado e o presente de combate dos seus membros, salientando a participação como combatente do escritor soviético Tomashevsky, que lutou em Estalinegrado contra os nazi-fascistas. Saudando especialmente Le Dinh Nhan, o comandante Costa Santos afirmou: «Julgo não haver hoje um país com maior prestígio revolucionário que o Vietnam. O povo do Vietnam deu um novo sentido à palavra resistência e à palavra coragem.» «Quero também saudar aqui o nosso amigo Carlos Altamirano — prosseguiu o comandante Costa Santos — ilustre membro do Partido Socialista do Chile que é, na realidade, um partido socialista que sempre soube estar ao lado do povo sem ambiguidades, sem dúvidas, sem traíções.» Constantemente interrompido pela multidão, o comandante Costa Santos saudou, ainda, o representante da República Popular do Congo, Prosseguiu a sua intervenção, afirmou: «Não é qualquer paz que satisfaz o povo português, não é a paz da submissão, da renúncia dos nossos direitos sagrados: essa paz não nos interessa, não nos convém. Só uma paz

11 DE NOVEMBRO: ANGOLA LIVRE!

Aguilalido Jaime, do MPLA, interveio seguidamente para definir a posição do seu movimento face à independência de Angola. Vibrantemente aclamado pela multidão, que vitóriamente aplaudiu o Movimento Popular de Libertação de Angola, Aguilalido Jaime denunciou os manejos do imperialismo, através dos grupos fantoches UPA/VNLA-UNITA.

A DELEGACÃO DO CMP EM PORTUGAL

A delegação do Conselho Mundial da Paz que se encontra no

QUEM É QUE CRIA A INDISCIPLINA?

Continua no Porto a luta dos militares do CICAP e do RASP, apoiados pelas organizações populares de massa, pelo respeito integral das decisões do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Fabião

Uma das facetas mais importantes que adquiriu nestes dias o caso CICAP-RASP é o do conteúdo real de disciplina militar. De facto, no consenso geral, as decisões do general Fabião não foram acatadas pelo comandante da Região Militar do Norte, o brigadeiro Pires Veloso.

contestar as decisões do CEME, ou os soldados que contestam os saneamentos à esquerda? De uma ou outra forma o caso CICAP-RASP começa a aparecer inserido na situação nacional em que as forças militares e políticas de direita contestam o general Fabião. Foi esta situação que foi denunciada na sexta-feira dia 24, numa reunião efectuada à porta do RASP com a presença de cerca de duzentos soldados e militares de trabalhadores e estudantes que ali acorreram a manifestar o seu apoio à luta dos soldados do CICAP e dos outros quartéis.

quer intervenção violenta. Era notória também a presença de militares de infantaria e cavalaria com blindados, a pouca distância do RASP (no Monte da Virgem).

APOIO À LUTA DO CICAP

As palavras de ordem que têm vindo a ser constantes na voz dos trabalhadores e da classe operária desde a grandiosa manifestação convocada pelos SUV e apoiadas por organizações populares no dia 8, na manifestação do Conselho Municipal, na manifestação dos metalúrgicos, e que acompanham permanentemente aqueles dias de constante vigilância à porta

manifestação que cerca das 19 e 30 arrancou da Praça da Liberdade até ao RASP. Ao longo da tarde foram lidas muitas moções, telegramas e mensagens, enviadas por inúmeras unidades militares de todo o País de apoio à luta do CICAP-RASP, quer ADU's de grupos de militares progressistas, de sargentos ou de oficiais, nomeadamente dos quartéis de Viana do Castelo, de Espinho, Vila Real, Viseu, Infantaria e Cavalaria do Porto, Hospital Militar do Porto, Casa de Reclusão da F.M.N., Quartel-General do Porto, Transmissões do Porto, Comandos da Amadora, Comissão de Extinção da Ex-PIDE/DGS (Porto), Polícia Militar (Lisboa), Forte de Elvas, Base Aérea 7, GDACI de Monsanto e Batalhão de Engenharia de Santa Margarida, entre outras. No final decorreu um convívio com a participação de José Viana, José Barata Moura, GAC e um



A realização do plenário, marcado para este dia, foi efectuada pelo facto de, no dia anterior, os recrutas da guarnição do Porto terem sido enviados para casa e, por esta mesma sexta-feira, todos os quartéis do Porto estarem de prevenção, acompanhando a prevenção nacional, o que os impossibilitava de comparecerem no plenário. No dia anterior verificaram-se movimentações anormais de brigadas da PSP com capacete e viseira acompanhados de G3, patrulhando várias zonas da cidade, o que deu origem a um certo ambiente de tensão, por parte da população, que receava qual-

do RASP aquando da grande provocação perpetrada pelo PPD, percorreram novamente as ruas do Porto, na passada sexta-feira. «CICAP é do povo, não é de Veloso», «soldados sempre, sempre ao lado do povo», «morte ao AMI e a quem o apoia», «reacionários fora dos quartéis já», «trabalhadores, soldados, moradores, assembleias populares», «contra o fascismo, ofensiva popular», «operários, camponeses, soldados e marinheiros unidos venceremos», «abaixo o pré de miséria» e «morte ao ELP e a quem o apoia», foram palavras de ordem que estiveram mais uma vez na boca de todos os progressistas, no sentido de demonstrarem o seu inquebrável apoio à luta dos soldados do CICAP e do RASP, neste caso, para apoiar a realização do plenário. Entretanto a Comissão Central de Bairros Camarários e o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto convocaram todas as organizações populares e todos os trabalhadores a manifestarem mais uma vez o seu apoio aos militares revolucionários do CICAP e do RASP, comparecendo a partir das 15 horas no RASP e a concentrar-se pelas 19 horas na Praça da Liberdade, donde partiria uma manifestação para o RASP.

militar, que interpretaram diversas músicas revolucionárias. Foi então que, já no princípio da noite e perante milhares de pessoas ali presentes, foi lida e aprovada uma moção em que constando que até este momento as deliberações tomadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fabião, acerca da nossa luta ainda não foram postas em prática, antes pelo contrário, foram escandalosamente desrespeitadas pelo Comandante da Região Militar do Norte, Brigadeiro Pires Veloso, se propõe o envio ao General Fabião de uma moção na qual se exige o cumprimento imediato das resoluções — reabertura do CICAP, cessação de todas as represálias e conclusão do inquérito; desmascaramento das manobras para dividir o CICAP e o «Destacamento 25 de Abril» e por prolongamento do inquérito; reintegração imediata de todos os militares que foram mandados entrar de licença registada e o repúdio pelas manobras militares intimidativas tendentes a abafar a nossa luta.

MILITARES DENUNCIAM CALÚNIAS

A posição do RALIS face às calúnias de que tem sido alvo — um exemplo entre muitos de que o braço armado do povo saberá defender a Revolução

A campanha de boatos e calúnias que tem vindo a ser desenvolvida contra militares e unidades progressistas parece ter encontrado em alguns jornais o maior apoio, dado o importante papel e «dedicado» esforço que têm vindo a desenvolver na divulgação da mesma. Estão previstas sessões públicas com a delegação do Conselho Mundial da Paz, em Coimbra, hoje às 22 horas no salão da INATEL e amanhã no S. Luiz, às 21 e 30. A delegação deixará o nosso País no sábado.

golpe militar preparado aqui». Os oradores foram unânimes quanto ao objectivo que se pretendia atingir: «separar-nos de unidades que são revolucionárias como nós, e que estão, desde o 25 de Abril, da primeira hora, ao serviço da Revolução.»

Dividir para reinar, uma velha fórmula de eficácia comprovada quando o que se pretende é destruir a Revolução.

Para além de outros esclarecimentos sobre os ataques de que têm sido vítimas os militares progressistas do RALIS, a Assembleia aprovou ainda várias moções, nomeadamente uma repudiando o artigo do jornal «A Luta» intitulado «Grandezas e Miséria do Regimento Vermelho», e outra desafiando o PS para um debate televisivo onde se convidava aquele partido a provar as acusações que tem feito ao RALIS, nomeadamente a de que preparava um golpe no dia 1 de Outubro.

Acusações sem provas

Rebatendo as acusações feitas por diversos jornais «ao serviço dos exploradores», usaram da palavra praças, sargentos e oficiais. Quanto ao caso da Embaixada de Espanha e das afirmações a esse respeito produzidas pelo Partido Socialista, foi afirmado que «quem estava lá era a PSP» e que «nós só fomos chamados depois da chancelaria ter sido destruída.» «Em relação ao caso do helicóptero, foi feito um voo picado sobre a unidade. Ao segundo voo picado disparei com a minha arma um tiro de intimidação, no sentido contrário do helicóptero. Passada meia hora apareceu

à porta do quartel um senhor que se dizia do Povo e que provocou a sentinela. Mandado identificar, ele tentou fugir, mas parou devido a um disparo de intimidação. Identificado, era um major, o major Costa Andrade, comandante da esquadilha n.º 6 de helicópteros do Montijo. Como vemos, temos de ter cuidado com os populares que nos aparecem à porta de armas.»

Para além de outros esclarecimentos sobre os ataques de que têm sido vítimas os militares progressistas do RALIS, a Assembleia aprovou ainda várias moções, nomeadamente uma repudiando o artigo do jornal «A Luta» intitulado «Grandezas e Miséria do Regimento Vermelho», e outra desafiando o PS para um debate televisivo onde se convidava aquele partido a provar as acusações que tem feito ao RALIS, nomeadamente a de que preparava um golpe no dia 1 de Outubro.

Esta moção propõe ainda que se promovam todas as diligências no sentido de criar comissões de luta em todos os quartéis e apela para todos os recrutas do CICAP deslocados para a Póvoa do Varzim e Braga, no sentido de exigirem a sua junção e de não acatarem outros oficiais e sargentos que não sejam os que estiveram na sua luta.

Vida SOVIÉTICA

Conheça a realidade do primeiro país de operários e camponeses do mundo! Conheça as grandes transformações sociais e económicas que inauguraram uma nova era na história da humanidade!

Do país mais atrasado da Europa, que era, ainda em 1917, a URSS transformou-se, no curto espaço de 50 anos, e apesar das destruições de que foi vítima em duas agressões imperialistas, num dos países mais avançados do mundo!

AS GRANDES CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

A nacionalização da indústria. A entrega da terra dos grandes agrários aos pequenos e médios camponeses. As cooperativas — instrumento do aumento da produção nos campos. O ensino completamente gratuito em todos os níveis. Dez anos de escolaridade obrigatória. A reforma para todos os trabalhadores da cidade e do campo — aos 60 anos para os homens e aos 55 para as mulheres. A renda de casa mais baixa do mundo — 4 a 5 por cento do orçamento da família. Assistência médica completamente gratuita — os médicos ganham um ordenado fixo com qualquer outro trabalhador.

Uma edição da Agência Novosti — Praça André Caminha, 3 — Lisboa 5 — tel. 77 36 24

Novidades das Edições Avante!

TESTAMENTO SOB A FORÇA — JULIUS FUTCHIC

A consciência de um revolucionário perante a morte, a sua visão da vida e do mundo, a sua mensagem de esperança nas forças da paz e do progresso

preço 30\$00

TESTAMENTO SOB A FORÇA

RUDIMENTOS DO MATERIALISMO HISTÓRICO — V. PODOSETNIK — A. SPIRKINE

Trata-se de uma introdução breve e clara ao materialismo histórico e à sua aplicação à nossa época

preço 25\$00

A OFENSIVA CONTRA A REFORMA AGRÁRIA PRECISA DE SER COMBATIDA E DERROTADA

A Reforma Agrária avança. Mas as grandes conquistas dos trabalhadores alentejanos provocaram uma contra-ofensiva desesperada dos latifundiários e das forças que os apoiam. Voltar os pequenos e médios agricultores contra os assalariados agrícolas é o primeiro objectivo dessa campanha. É preciso derrotar e desmascarar todas essas manobras

(Continuação da pág. 1)

la), Augusto Manuel Carradinho (Beja), António Merêncio (Santa Vitória), Augusto Rodrigues Cavaco (Vale Fresco), Bento Caieiro (Canedo Gordo), Eduardo Cruz (Beringel), Francisco Gonçalves da Cruz Faia & Filhos, (Beja), Felício Mira (Beringel), José Joaquim Tareco & Irmão (Beja), José Mariana Guerreiro (Salvada), João Mário Parreira (Santa Vitória), Luís Madeira (Aldeia Nova de S. Bento), Joaquim Amaro Parreira (Aljustrel), Manuel António Nunes Júnior (Salvada), Manuel Eleuterio Madeira (Mértola), Manuel Francisco Lampreia (Beja), Irmãos Martelos (Aljustrel), Manuel do Cabo Pita Guimarães (Baleizão), Manuel António Guerreiro (Azinhal), Manuel Mestre & Irmão (Castro Verde), José Baptista Cruz & Corujo (Beja), António da Silva Brás (Albergaria Ruiva), Toscano Rico (Evora), Irmãos Pacheco (Beja), Virgílio Rodrigues Cavaco (Vale do Sur) Vasco Moreno (Pias).

O comunicado cita os nomes de cerca de duas dezenas de provocadores e activistas reaccionários que foram identificados durante a

A finalizar:
«A direcção do Sindicato confirma a posição que sempre defendeu, e que é a de efectiva solidariedade com os pequenos e médios agricultores, na defesa das conquistas alcançadas pelos trabalhadores portugueses, e a de levar por diante a Reforma Agrária, rumo ao socialismo.»

PS E PPD PROVOCAM EM SANTIAGO DO CACÉM

Os acontecimentos de Beja não podem ser encarados como um caso isolado, como já salientámos. É esclarecedor que no distrito de Setúbal, quase simultaneamente, elementos contra-revolucionários marcassem também com nitidez e agressividade a sua posição ao avanço da Reforma Agrária.

A reacção de Santiago também arrancou a máscara. Também demonstrou com clareza que está contra a Revolução, contra a Reforma Agrária.

tureirismo são reais quando os trabalhadores, empenhados em lutas difíceis, não estão imunizados contra eles. A ocupação da Fábrica Oscisul e do Grémio da Lavoura de Santiago do Cacém serviu de pretexto para a mobilização das forças contrárias à Reforma Agrária. As instalações do Grémio foram cercadas por bandos agressivos e as organizações locais do PS e do PPD exigiram a presença de tropas do Regimento de Infantaria de Setúbal.

Os agrários da região e os caciques reaccionários da vila fizeram o possível por provocar um conflito sangrento. Mas não foram ouvidos. Os elementos da força militar do RI mantiveram a distância os grupos de provocadores e impediram o assalto ao Grémio.

FASCISTAS ARMAM MILÍCIAS EM ELVAS

Lançar os pequenos e médios agricultores contra os assalariados agrícolas é um velho sonho das forças que se opõem à Reforma Agrária. No Alentejo essa manobra esbarra com obstáculos muito maiores. Mas a tentativa agora realizada em Beja é esclarecedora do desespero dos grandes agrários e da tática das forças políticas que estão a seu lado.

No distrito de Portalegre, particularmente no concelho de Elvas, movimentam-se já milícias armadas organizadas e pagas pelos agrários da região. Esses bandos de marginais, autêntica força de apoio dos fascistas do ELP e do MDLP, representam uma ameaça para a tranquilidade das populações. Mas a reacção local mente descaradamente e tenta apresentar essas milícias de marginais e provocadores como uma força que visa a defesa da «ordem» e dos direitos dos «pequenos agricultores».

É sintomático que os jornais reaccionários de Lisboa, na sua histórica campanha contra a Reforma Agrária, estejam a deturpar diariamente o que se passa no Alentejo. «A Luta» distingue-se especialmente nesse campo. Primeiro inventou a «comuna de Beja». Os trabalhadores agrícolas não lêem, evidentemente, «A Luta». Mas o diário dirigido pelo dr. Raul Rego procura impressionar outro público. E para isso não hesita sequer em mostrar o seu sagrado horror pela palavra «comuna». Em Beja não existe nada que se assemelhe a uma «comuna», mas a tendência de certos jornais e jornalistas para usarem a palavra «comuna» como sinónimo de uma coisa diabólica é significativa do deslucamento para a direita de forças e individualidades que no passado tiveram um comportamento democrático.

Hoje, «A Luta» aplaude as milícias organizadas pelos agrários de Elvas e



Portalegre. Num artigo assinado por alguém que escreve no estilo alucinatório do MRPP pode ler-se, por exemplo, este trecho, digno de figurar numa antologia do jornalismo fascista: «Trabalho aqui, mas é como se fosse da família. Trabalho aqui há mais de 40 anos e é como se isto fosse também meu. Há muitos anos já que a gente divide os lucros com o patrão. Ele trabalha a nosso lado e o que é para ele é para a gente. Quem assim se exprime, segundo o plunitivo de «A Luta», é uma trabalhador alentejano, de uma das tais herdades «ameaçadas», que contam «no mínimo, com 10 ou 15 homens armados».

«A Luta» admira pelo vislumbre a estrutura latifundiária. Os seus repórteres acham certamente comovedora a apologia do servilismo e o elogio do patrão feitos em termos de defesa de relações de produção já superadas no século XIX. Para «A Luta» e outros jornais que estão na mesma linha, quem ameaça os trabalhadores do Alentejo não são milícias armadas pelos agrários, não são os patrões, e sim as vítimas das provocações dessas milícias, os trabalhadores explorados pelos senhores de Elvas e Portalegre. O nível de informação de «A Luta» no tocante à Reforma Agrária é idêntico ao nível dos seus comentários. Segundo esse jornal, apenas numa semana a superfície de terras

ocupadas duplicou no Baixo Alentejo. De 100 000 hectares teria passado para 200 000. Onde terá o autor do artigo ido buscar esses números fantasistas? Que semana inexistente é essa a que alude?

«A Luta», em cuja lista negra figuram numerosos oficiais revolucionários do MFA, mostra-se também agastada com o Brigadeiro Pezarar Correia. O seu especialista em assuntos de Reforma Agrária exprime a sua indignação pelo facto de o comandante da Região Militar do Sul ter, segundo «círculos bem informados» (a reacção adora os «círculos bem informados») acedido a considerar «ilegal» que pequenos e médios proprietários se defendessem de armas na mão contra eventuais ocupações selvagens.

Que significa todo esse arazoado? Apenas que o brigadeiro Pezarar Correia, em defesa da ordem democrática e da segurança dos trabalhadores alentejanos, não estaria disposto a tolerar a existência de milícias armadas pelos grandes agrários e de campanhas destinadas a lançar pequenos e médios agricultores contra assalariados agrícolas.

Os factos demonstram que não há mentira, não há boato, não há calúnia que faça recuar os inimigos da Reforma Agrária. Os articulistas de «A Luta» apavorados com as grandes conquistas revolucionárias dos trabalhadores agrícolas de Beja, Évora e Portalegre comportam-se em relação a eles como o faziam na Idade Média os juizes dos tribunais do Santo Ofício em face de todos os que contestavam a ordem tradicional imposta por um clero reaccionário. Os repórteres de «A Luta» encaram a Reforma Agrária com tanto medo que até enxergam fantasmas pelos campos do Alentejo. Segundo «fontes dignas de todo o crédito» — escreve o defensor das milícias reaccionárias — «a 5.ª Divisão foi vista no Alentejo há poucos dias». Não se esclarece exactamente como. Se apareceu a cavalo, em esquadões compactos, se a pé, se dentro de alguns «Chaimites». Nesse

pormenor, as «fontes» falarham lamentavelmente...

VITÓRIA DA UNIDADE

Na madrugada de terça-feira os trabalhadores de Santiago do Cacém e particularmente os da «União de Cooperativas com a União Venceremos» alcançaram uma extraordinária vitória com o reconhecimento oficial dessa experiência cooperativa que vinha a ser contestada por forças políticas locais empenhadas em sabotar o avanço da Reforma Agrária.

As provocações montadas por conhecidos reaccionários que lançavam apelos à violência de automóveis que percorriam as ruas de Santiago do Cacém não resultaram. Os bandos provocatórios foram mantidos a distância pelas forças do Regimento de Infantaria de Setúbal que estabeleceram um cordão de segurança em torno do edifício do antigo Grémio da Lavoura. Numa primeira reunião, em que participaram um representante do Ministério da Agricultura e elementos das Forças Armadas não foi possível chegar-se a uma solução concreta. Posteriormente, porém, realizou-se outra reunião na sede da GNR, com a presença de representantes das Forças Armadas, do Ministério da Agricultura, do IRA e dos trabalhadores da União de Cooperativas. Um elemento que se dizia porta-voz dos «manifestantes», isto é, dos provocadores que haviam cercado o edifício do Grémio, foi vaiado pelos trabalhadores quando tentou dirigir-se da janela à turba dos seus amigos.

De madrugada o entusiasmo explodiu quando foram anunciadas as decisões: reconhecimento oficial da «União de Cooperativas com a União Venceremos»; instauração de um inquérito à comissão liquidatária do Grémio da Lavoura e extinção desse organismo, ficando o edifício a cargo de forças militares durante quatro dias, após o que será entregue aos trabalhadores.

UNIDOS E ORGANIZADOS OS RENDEIROS VENCERÃO!

É preciso lutar com todas as forças contra a tentativa de impedir a aplicação da Lei do Arrendamento Rural

Os grandes proprietários, as forças reaccionárias, os fascistas estão a mover um grande e concertado ataque à revolução, ataque que se desdobra em muitos planos e toma variadas formas.

Assim, uma das grandes frentes de ataque das forças exploradoras que se tem vindo a registar, é a tentativa de impedir a aplicação da Lei do Arrendamento Rural, com o carácter progressista que ela adquire ao ir ao encontro dos mais profundos interesses das classes mais exploradas por um regime de arrendamento de características medievais.

As palavras de António Ribeiro, rendeiro da Cooperativa de Rendeiros do Vale de Sousa, são disso bem elucidativas:

«O regime de arrendamento era vinho «a terças» e rendas muito caras. Temos casos concretos de rendas que atingiam os 40 e 42 contos por hectare, incluindo o vinho, animais e todos os géneros. Infelizmente ainda se processaram esses arrendamentos em 1974. Depois pareciam sempre burocracias pelo meio. A gente tinha que pagar 10 variedades de cereais, não contando com galinhas, palhas, milho, etc. Outros pagavam ainda há pouco tempo leite de manhã — eles levavam o leite quentinho a casa do senhorio e tinham que levar senão eram malcriados... Outros, quando matassem o porco, tinham que lhe levar o lombo (é que o lombo até é bom). Os senhorios não gostavam de galos nem galinhas, levava-se uns frangos, que sempre são mais tenros... Havia muitos casos em que os caseiros não gostavam de galos nem galinhas, levava-se uns frangos pela Páscoa.

Havia uma coisa muito engraçada: é que os caseiros para conseguirem arranjar harmonia com os senhorios, pelo Natal e pela Páscoa levavam-lhes ainda 7 ou 8 quilos de arroz, coisas que eram compradas, para eles serem amigos... E eles eram tão amigos que todo o serviço que os senhorios tinham era feito pelos caseiros; e então, quando nós acabávamos o serviço, o senhorio dava-nos água-pé e caldo... mas não era sopa, era caldo... mas não era caldo verde, era caldo de couve traçada, o caldo que se fazia para os cães era o que eles davam aos caseiros... Isto é a realidade. Tenho um caso concreto que se passou comigo: quando a gente ia a casa do senhorio fazer o serviço bebiámos vinho azedo e como o vinho azedo é prejudicial eu não bebia vinho. E o senhorio perguntou-me porque é que eu não bebia, e eu disse-lhe que não bebia porque o vinho era azedo e que ele também não o bebia... Era assim que eles nos tratavam. Outros ainda eram piores, obrigavam-nos a fazer o serviço e mandava-nos embora vir comer a casa sem pagar o serviço... Eram serviços feitos de graça porque nessa altura andava toda a gente a pedir quintas... De facto, a publicação do novo Regime de Arrendamento Rural durante a vigência do IV Governo Provisório, não mais fez que ser o desejo das muitas posições assumidas colectivamente pelos próprios interessados, os rendeiros. Importante instrumento para a reforma da estrutura das explorações agrícolas, este foi um passo decisivo no arranque da Reforma Agrária ao serviço dos pequenos e médios agrí-

cultores. Efectivamente, eliminando a exploração e o domínio dos agricultores pelos grandes proprietários absentistas, esta lei respondeu aos anseios manifestados por milhares de caseiros e rendeiros deste país.

Agora, os senhorios negam-se a receber a renda de acordo com as novas tabelas aprovadas pelo governo. Intimidam os caseiros, recorrendo mesmo à GNR que, inaceitavelmente, aparece a defender os senhorios e, portanto, a desrespeitar a lei.

Assim sucedeu no lugar de Barreiros, em Caide, concelho de Louzada, onde um senhorio foi ter com o rendeiro acompanhado de dois filhos, com o objectivo de fazer exigências e ameaças que vão contra a nova lei. Posteriormente, visto não ter conseguido os seus intentos, o senhorio mandou lá um cabo e uma praça da GNR de Louzada para tentar vergar a vontade do caseiro. Num comunicado à Comissão Provisória de Rendeiros de Louzada informa:

«O cabo foi até dizer coisas sobre o arrendamento que são falsas. Mas também não levaram a nada... Até o senhor Padre de Caide, metendo-se num assunto onde não tinha nada a fazer, alumiou o caseiro nas missas de domingo do dia 18 de Outubro. O senhor Padre se quizesse falar do assunto, devia ser a favor dos mais pobres e de acordo com a justiça. Assim, actuou a favor dos ricos enganando os caseiros e outras pessoas que estavam nas missas sobre a verdade da nova lei.

Isto que aconteceu em Caide é um exemplo das manobras que diariamente os senhorios absentistas tentam perpetrar contra a lei que está decididamente ao serviço dos rendeiros e ao serviço da Reforma Agrária.

Assim, a aplicação da Lei do Arrendamento Rural vai exigir da parte dos vendeiros uma forte unidade e uma vigilância constantes. Juntar-se para terem mais força perante os senhorios é, pois, uma das tarefas imediatas que os vendeiros já põem decididamente em prática, com vista a conseguir atingir os seguintes objectivos e pretensões de todos os vendeiros:

— unír os vendeiros, como os dedos das mãos, em Comissões de Rendeiros;

— exigir o cumprimento da Lei do Arrendamento e da tabela dos valores máximos das rendas já aprovadas pelo Governo;

— assistência gratuita aos vendeiros em caso de conflito com os senhorios, através das Comissões Arbitrais ou dos tribunais;

— que não se permita aos senhorios exigir uma renda pela casa em que vivem os vendeiros, que muitas vezes não passa dum curral;

— que não se inclua nos prédios arrendados o brávia necessário para o bom funcionamento da exploração;

— desmascarar os que combatem a lei e querem enganar os caseiros;

— e que o Governo e as entidades competentes os ouçam nas suas justas aspirações!

Mas, para que isto seja possível, impõe-se a constituição dum grande movimento de agricultores vendeiros do Norte, de criar Comissões de Rendeiros em todas as freguesias para dar força ao movimento e fazer reuniões e encontros de vendeiros para discutir todos os problemas.

DEFENDER A REFORMA AGRÁRIA

Após um reunião conjunta, realizada no dia 21, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, o Governo Civil, o Centro Regional de Reforma Agrária e a Liga dos Pequenos Agricultores tornaram público o seguinte comunicado:

«1. Considerando que na concretização da Reforma Agrária o avanço desencadeado pelos trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores organizados, ainda que respeitando o que está estipulado por Lei, não tem sido acompanhado por impossibilitadas várias do esclarecimento público que todos desejamos.

2. Considerando que as forças reaccionárias actuando junto dos pequenos agricultores têm desenvolvido intensa campanha de boatos alarmistas tendentes a criar uma situação artificial de insegurança.

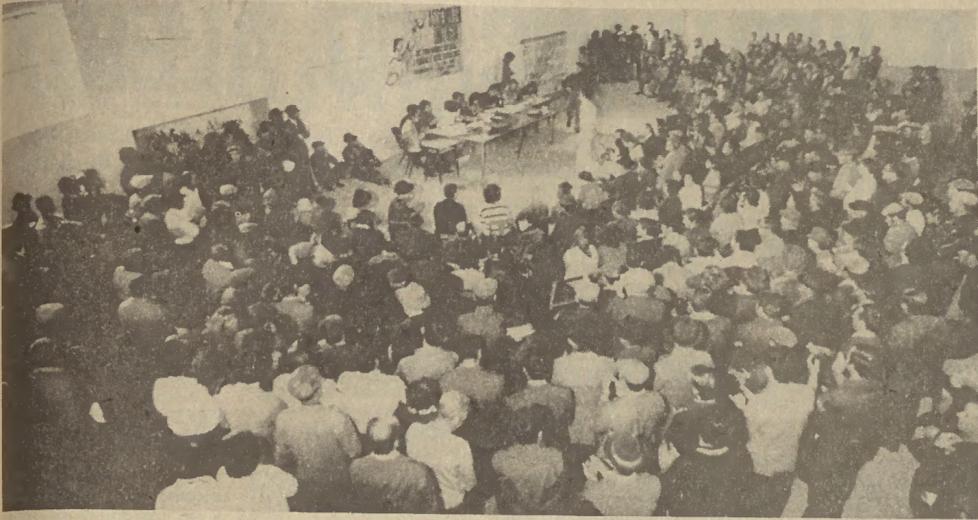
3. Considerando que o Centro Regional de Reforma Agrária, por exigência de meios e apesar dos esforços desenvolvidos pelos seus técnicos não tem capacidade de resposta para os múltiplos problemas que lhes são postos, as entidades acima referidas decidiram propor ao secretário de Estado de Estruturação Agrária que, a todos os que nos termos da Lei tenham direito a reservas, seja paga desde já, e até definitiva regularização dos seus casos, uma renda correspondente à área que lhes cabe.

Procura-se deste modo assegurar o desenvolvimento harmónico da Reforma Agrária, defender os legítimos interesses dos que são abrangidos pela Lei e pôr cobro ás desesperadas tentativas dos inimigos da revolução, que não conseguirão evitar a marcha das massas trabalhadoras rumo ao Socialismo.»

posterior tentativa de assalto ao Centro de Reforma Agrária, e acrescenta: «Seguidamente os promotores da reunião nesta altura identificados como elementos activistas do Partido Socialista, abusivamente em nome dos pequenos e médios agricultores, invadem as mediações do Governo Civil, insultando o governador, cujas posições, como sabemos, têm sido na defesa dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, contra a ira dos grandes agrários, fazendo respeitar a lei da Reforma Agrária. O abuso dos manifestantes foi ao ponto de selarem as instalações do Grémio da Lavoura, pertença exclusiva dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas, já que neste momento motivado pela força organizada dos trabalhadores rurais alentejanos a maioria dos agrários já foi expropriada das suas terras.»

E mais adiante sublinha: «de salientar ainda que, na véspera da reunião, na noite de 23, verificaram-se na herdade colectiva da Amendoeira, do Campo de Mértola, graves incidentes, com fogo posto, morte de gado, destruição das instalações, cujos prejuízos se elevam a centenas de contos. Este acto de banditismo pretendia criar no seio dos trabalhadores rurais um espírito de vingança, para estes avançarem sobre Beja de armas em punho, provocando uma confrontação física e armada entre os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores rurais. Nem os trabalhadores rurais nem os pequenos e médios agricultores caíram na armadilha, preparada pelos agrários e provocadores.





ASSEMBLEIA UNITÁRIA EM VILA VIÇOSA

Realizou-se em Vila Viçosa uma assembleia unitária de trabalhadores agrícolas e de pequenos e médios agricultores para analisar colectivamente os problemas e tomar as medidas necessárias quanto ao avanço da Reforma Agrária naquela região

Tendo em vista dar um impulso ao avanço da Reforma Agrária nos concelhos da zona norte do distrito de Évora e possibilitar aos trabalhadores das herdades ocupadas e aos pequenos e médios agricultores encontrarem formas de intervenção realizadas, no ginásio da Escola Secundária de Vila Viçosa, uma assembleia unitária promovida por diversas comissões de cooperativas agrícolas, de herdades colectivas e ainda pela Comissão de Trabalhadores Metalúrgicos da Jossil, Liga dos Pequenos e Médios Agricultores dos concelhos de Montemor e Vendas Novas e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora.

O encontro, que debateu três pontos essenciais para o avanço da Reforma Agrária — crédito às novas unidades colectivas de produção e aos pequenos

agrários, e faziam rir toda a assistência.

No início do encontro um elemento da Comissão Revolucionária para o apoio da Reforma Agrária (CRARA), referiu as iniciativas já levadas a cabo para se conseguirem fundos, que neste momento através das participações de muitos trabalhadores e organizações sindicais atingiam já cerca de mil contos, e ainda iniciativas futuras para que a recolha de fundos tivesse uma projecção nacional.

Nas intervenções que se registaram, muitos problemas foram focados, nomeadamente o facto de os trabalhadores das cooperativas terem de descontar 23 por cento para a Previdência (6 por cento do ordenado do trabalhador e mais 17 por cento respeitante à entidade patronal), injustiça que mereceu o vivo repúdio da assistência reflectido pela exclamação de um tra-

reacção também procura desmobilizar os trabalhadores agrícolas, conforme foi referido, dificultando o acesso ao fundo de maneio, donde resulta que muitos trabalhadores já não recebem salários há mais de oito semanas. A dificuldade em obter sementes e adubos foi igualmente considerada. Relativamente aos adubos, um dos trabalhadores de uma cooperativa referiu o facto de ter contactado directamente com a Comissão de Trabalhadores da CUF e, ao fim de poucos dias, contava com os adubos.

No final foram lidas as conclusões da Assembleia Unitária de Trabalhadores Agrícolas e de Pequenos e Médios Agricultores realizada em Vila Viçosa, as quais mereceram a completa aprovação dos participantes como forma de avançar da luta pela Reforma Agrária. Relativamente ao crédito

Nos locais onde a Reforma Agrária avançou, o desemprego desapareceu em grande parte e estão criadas as condições para desaparecer completamente. Entretanto, há até já alguns casos em que a falta de mão-de-obra se começa a fazer sentir e por vezes os pequenos e médios agricultores encontram dificuldades em conseguirem trabalhadores para certos trabalhos da época. Em face disto os trabalhadores agrícolas das herdades ocupadas e trabalhadores doutros sectores profissionais, fortemente empenhados no avanço da Reforma Agrária, decidiram ajudar esses pequenos e médios agricultores, nomeadamente nos fins-de-semana.

— E prossegue o documento final:

Os trabalhadores agrícolas declaram uma vez mais que as ocupações



e médios agricultores; avanço da Reforma Agrária e organização sindical; e aliança dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos e médios agricultores — registou um elevado número de presenças, na sua quase totalidade dos concelhos dos arredores. Sobressaía a grande participação das mulheres no encontro, seguindo atentamente as intervenções que se verificaram, trocando opiniões, marcando posição numa luta que também lhes diz respeito e que travam no dia-a-dia ao lado dos homens, ajudando a que o Alentejo mereça efectivamente ser chamado o «celeiro de Portugal», o que no tempo do fascismo não passava de uma frase de propaganda, pois, na realidade não era mais do que uma enorme coutada onde os ociosos endinheirados se davam ao prazer da caça.

«PATRÕES SOMOS NÓS TODOS»

Tendo como objectivo o encontrar de soluções pelos próprios trabalhadores, a assembleia unitária caracterizou-se por intervenções animadas que, ora descreviam experiências de luta ou denunciavam injustiças que ainda se praticam, ora davam uma nota pitoresca no relato de incidentes verificados com os grandes

balhador de uma cooperativa: **Nós não temos entidade patronal. Patrões somos nós todos.**

Outro assunto que foi objecto de análise dizia respeito ao facto de não estar previsto o crédito para os pequenos e médios agricultores poderem comprar gado, crédito esse que deve ter em conta o tempo necessário para o gado ser criado e estar em condições de ser vendido. Também a falta de máquinas constitui um problema, tanto mais que depois de desbloqueado o crédito os donos dos «stands» argumentam geralmente não terem máquinas em armazém para fornecerem e, neste momento, as sementeiras estão à porta e a maquinaria agrícola torna-se indispensável para poder assegurar boas colheitas para o ano. Aliás, todo este boicote se insere na tentativa da reacção em sufocar os apoios à Reforma Agrária para que esta falhe e mais tarde poder afirmar que os trabalhadores agrícolas não têm condições nem qualidades para tratar das terras que ocuparam.

Mas relativamente a este assunto referia um trabalhador que se no tempo do fascismo os grandes latifundiários obrigavam os rurais a mourejar de sol a sol, hoje mais do que nunca, pois a terra era deles, estariam dispostos a trabalhar o que fosse necessário no avanço da produção. A

e depois de reafirmar a firme disposição dos trabalhadores em aumentarem a produção para libertarem Portugal da importação dos milhares de contos em bens alimentares que podem ser produzidos no nosso País as conclusões salientam:

Além de créditos em natureza, que são absolutamente indispensáveis para o pagamento das jornas e de que os trabalhadores não abdicarão por nada deste mundo, as novas unidades colectivas de produção e os pequenos e médios agricultores necessitam de que os créditos em espécie sejam prontamente concedidos, garantindo desde já a colocação de sementes, adubos e máquinas e alfaias agrícolas em locais de fácil acesso aos trabalhadores.

Torna-se ao mesmo tempo necessário que os organismos de coordenação económica se reestruturem por forma a fornecerem sementes e animais seleccionados a crédito, sem pagamento de juros, cujo reembolso só se realizará aquando da venda do produto respectivo.

Mais adiante e depois de frisar que é indispensável para o avanço da Reforma Agrária que os trabalhadores participem mais activamente na vida sindical, o documento final define a importância da aliança dos trabalhadores agrícolas com os pequenos e médios agricultores:

de terras não porão em causa a pequena propriedade que seja fundamental para a subsistência do proprietário.

Durante o decorrer da Assembleia Unitária foram aprovadas por aclamação várias moções, designadamente em relação aos órgãos de informação, na qual se manifesta a estranheza por alguns desses órgãos fazerem uma deficiência cobertura de realizações deste tipo, ao mesmo tempo que parecem ignorar a realidade da nova vida que os trabalhadores vão construindo nos campos; uma outra de repúdio pelas acções de bandas fascistas, de que são exemplos mais recentes o atentado à granada e com rajadas de metralhadora ao dirigente sindical Filipe Rico e os atentados bombistas contra os Centros Regionais de Reforma Agrária, primeiro em Elvas e agora em Alentejo do Sul; uma moção de solidariedade e apoio à luta do povo angolano e à sua vanguarda revolucionária, o MPLA, e contra os massacres praticados pelos bandos tribais e racistas da FNLA e da UNITA; e ainda uma moção em que a Assembleia Unitária, apelando para o reforço da Aliança entre os operários agrícolas e os pequenos e médios agricultores, denuncia a campanha de calúnias e as manobras divisionistas das forças reacţionárias.

ORGANIZAR OS TRABALHADORES DO CAMPO

A organização do povo trabalhador dos campos, operários e camponeses pobres constitui uma condição indispensável para o avanço da Reforma Agrária e para o desenvolvimento do processo revolucionário

Um dos passos essenciais para o avanço da Reforma Agrária consiste na organização, unitária e de massas, da população trabalhadora dos campos. É certo que depois do 25 de Abril gigantescos progressos se vêm registando na organização do povo trabalhador rural. Porém, se há zonas onde estes progressos se revelam extensa e intensivamente, subsistem ainda regiões onde os avanços na organização são débeis, ocorrendo até que, em algumas regiões mais isoladas, o perigo de estagnamento ameaça os germens de organização das camadas trabalhadoras rurais.

Hoje, abordaremos apenas algumas das questões que explicam a diferenciação do nível de organização do proletariado rural nas diversas regiões do país. É indubitável que os maiores progressos na organização da população trabalhadora dos campos, assalariados e pequenos e médios camponeses, observam-se a sul, nomeadamente no Alentejo e Ribatejo. Nestas zonas o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, a concentração de uma massa crescente de proletários rurais em grandes explorações agrícolas, favoreceu o processo de consciência de classe dos assalariados rurais e conduziu a uma luta organizada que vem desde os tempos anteriores ao sistema fascista e que este não logrou jamais desmantelar, ainda que os flagelos da repressão feroz sobre as populações sobressaíam na história da resistência antifascista.

Tal como na indústria, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura impõe paralela e inseparavelmente o aumento do proletariado e afastando-o do trabalho parcelar e isolado da pequena unidade, gera as condições para uma forte oposição de classes, para uma luta cada vez mais amadurecida do proletariado. Vivendo a mesma situação, unindo-se numa mesma defesa de interesses comuns, os assalariados começam por ver com clareza o rosto do seu verdadeiro inimigo, o latifundiário, e depois a própria luta desencadeada por reivindicações imediatas, o combate quotidiano lhes demonstra que o inimigo não é apenas «um», que o inimigo não tem apenas um rosto individual mas é uma classe no seu conjunto: a classe dos capitalistas e latifundiários, a classe dos exploradores. Este o processo ocorrido em terras do Alentejo e em algumas zonas do Ribatejo em que através de sucessivas lutas as massas populares enriqueceram a sua consciência de classe. A organização de classe nestas zonas foi, pois, relativamente fácil e deparamos hoje com sindicatos fortes capazes de conduzir o processo da Reforma Agrária, como o têm demonstrado na prática revolucionária.

ORGANIZAR PARA QUE OS OPERÁRIOS FORMEM UMA SÓ CABEÇA E CORAÇÃO

Não analisando aqui uma zona intermédia ao longo do Tejo, a situação da estrutura de propriedade difere para norte do país caracterizado pela existência da pequena propriedade onde, portanto, a taxa de assalariados é insignificante no conjunto da população trabalhadora dos campos. Exceptua-se uma pequena zona a Centro e Nordeste em que aparecem algumas grandes propriedades. Mas temos de ter em atenção a não-coincidência entre a grandeza da propriedade e a grandeza da exploração. Na generalidade o que acontece a norte do país é o fraco desenvolvimento do capitalismo na agricultura e, por isso mesmo a existência de uma classe de operários

agrícolas pouco numerosa, pouco concentrada, com fracas tradições de luta em que se não processou um real desenvolvimento da consciência de classe. As dificuldades de organização são pois infinitamente maiores do que a sul.

Vejamos um exemplo: enquanto a sul, e particularmente em terras do Alentejo, os sindicatos formaram-se quase imediatamente após o 25 de Abril, a norte, no distrito de Castelo Branco, só este ano se constituiu o sindicatos dos Trabalhadores agrícolas do distrito.

Na realidade, por mais que bradem os espontaneístas da revolução, a consciência de classe «não nasce por geração espontânea na cabeça dos operários»: «consciência de classe é a compreensão por parte dos operários de que o único meio que têm para melhorar a sua situação e se emanciparem reside na luta contra a classe dos industriais e capitalistas» (Lenine), ou ainda, como diz Marx, podemos falar em consciência de classe quando «os operários formam uma só cabeça e um só coração», pulsando no mesmo fervor revolucionário e caminhando no mesmo ritmo.

A Norte, este processo está atrasado, pelas razões já apontadas. Um caminho já encetado e onde urge avançar consiste na formação de comissões pró-sindicato na base de uma freguesia, aldeia ou propriedade importante. Aproveitar a concentração dos operários agrícolas e movimentá-los, desenvolver acções de esclarecimento através destas comissões pró-sindicato e fomentar o intercâmbio entre elas são tarefas essenciais para fortalecimento da organização dos assalariados. É importante que desde a sua constituição, as comissões pró-sindicato, como aliás qualquer outra forma de organização, possuam instalações, as quais, no caso presente, podem ser requeridas às Casas do Povo ou às autarquias locais.

Importa não abrandar perante as dificuldades inevitáveis nestas regiões. Mesmo quando não constituem o peso fundamental da população agrícola, os operários rurais são uma força motriz no avanço da Reforma Agrária que terão um papel importante e insubstituível no seu avanço, quer participando na constituição de Conselhos Regionais da Reforma Agrária, quer incentivando a aliança com os pequenos e médios agricultores, camadas cujo apoio é urgente ganhar. Assim o exige o avanço do processo revolucionário.

Por outro lado, em muitas zonas do norte, onde se processa em muitos casos de forma localizada e incipiente o desenvolvimento da indústria, também a aliança de todo o proletariado das fábricas e do campo, da qual já falamos em artigo anterior, fica de certo modo facilitada, o que está longe de significar que seja uma tarefa fácil. Isto porque, em muitas regiões do nosso país, pela sua composição, o proletariado industrial está ainda muito fortemente ligado ao campo onde, por vezes, habita, sucedendo amiúde possuir uma pequenissima exploração. Esta ligação muito forte ao campo, em determinadas circunstâncias, pode ser considerada «negativa» (ela é índice de fraco desenvolvimento das relações capitalistas de produção e os operários originários do campo, colocam frequentemente problemas ao associativismo de classe dado que o seu processo de consciencialização se «opera mais lentamente e dolorosamente»). Mas tal «negativismo» é facilmente ultrapassável com a integração dos operários de origem camponesa na sua classe, integração muito mais rápida em períodos revolucionários. Esta integração não faz esquecer, antes lhe dá uma dimensão política, a raiz camponesa destes proletários, os quais podem e devem desempenhar um grande papel no sentido de incrementar a aliança do proletariado industrial com o proletariado rural e camponeses pobres, alimentando o desenvolvimento dos elementos revolucionários no campo.

URGE CONVERTER A COLONIA EM CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Impõe-se que os contratos de colónia, que sujeitam ainda 30% da população agrícola da Ilha da Madeira e constituem uma das mais escandalosas formas de opressão do campesinato, sejam convertidos em contratos de arrendamento

O regime de colónia, sobrevivência da economia pré-capitalista, abrange ainda amplas áreas da exploração agrícola na Ilha da Madeira. Cerca de 30% da população agrícola está sujeita a este regime de sobrevivência feudal «regulamentado» apenas por costumes que variam de zona para zona, segundo o domínio e a rapacidade que os grandes senhores da terra exercem sobre os pequenos agricultores que exploram a terra em sistema de colónia.

O contrato da colónia, para o qual não existe nenhuma regra escrita, sendo aplicado apenas consuetudinariamente, consiste num misto de arrendamento e criação de um direito real autónomo, diferente dos direitos reais previstos no Código Civil de 1867. Por este contrato, o caseiro passa a explorar o solo que recebe normalmente inculco, fazendo aí benfeitorias sujeitas à autorização do senhorio e registando estas benfeitorias em seu nome no departamento de finanças para efeitos de pagamento de imposto. Os senhorios permanecem donos do solo e pagam imposto por ele. A renda é paga em frutos: por vezes, o senhorio recebe metade das culturas chamadas ricas ou importantes como a cana-do-açúcar, o vinho, a banana etc, ou,

Além deste esquema de dependência com características marcadamente feudais, a exploração desenfreada dos senhores da terra revela-se ainda no facto de o colono independentemente da renda que paga em frutos, (a qual é sempre superior ao valor da terra) estar sujeito a pagar ainda uma renda especial se acaso construir uma casa de habitação na colónia. Esta ocupação do solo é geralmente paga em galinhas.

A maior parte das terras em colónia, ocupam muito pequenas áreas: 95% das explorações agrícolas da ilha têm menos de 1 hectare e 35% menos de 1000m². O colono explora a terra quase somente para pagar a renda anual em metade dos frutos produzidos, pouco lhe restando para sobreviver.

Vem de longe o desconhecimento da população agrícola sujeita a este regime de exploração por parte dos senhores da terra cujos privilégios o não foram sequer beliscados com a queda do regime fascista, sem que se solucionasse uma situação que alimenta o subdesenvolvimento agrícola da ilha e esmaga os direitos de largas massas de camponeses pobres.

Cada vez mais angustiadamente os camponeses sujeitos a regime de colónia in-

terrogam-se sobre um prometido decreto em que os contratos de colónia seriam convertidos em contratos de arrendamento. Mas os camponeses da ilha da Madeira, uma das camadas do povo português que mais profundamente sofreu a exploração capitalista sob a protecção do sistema fascista, não estão, decerto, dispostos a continuar a suportar os resi-duos do fascismo, não estão dispostos a aguardar passivamente que o processo de democratização seja exportado para as ilhas e cada vez mais estão dispostos a lutar pelos seus interesses, apesar do obscurantismo a que o regime fascista os votou, obscurantismo e opressão que os ditos movimentos de independência, flama e congéneres, destacamentos da reacção só pretendem perpetuar. Impõe-se que os camponeses pobres da Madeira, nos quais se incluem os caseiros das colónias, tomem nas mãos o seu futuro, lutando ao lado dos compatriotas do Continente contra o inimigo comum, contra a reacção, contra o fascismo do qual os «movimentos de independência» são uma das expressões, pela satisfação dos seus interesses de trabalhadores portugueses, pela Reforma Agrária e pela vitória do processo de democratização do nosso país.

A REACÇÃO RECORRE AO TERRORISMO

Incapaz de impedir o avanço das massas populares, a reacção não hesita em recorrer a toda a espécie de crimes, numa tentativa desesperada para instaurar o caos e impedir o avanço da Revolução

A reacção ataca. Enquanto prosseguem os saneamentos à esquerda, quer nos órgãos do poder e no aparelho de Estado quer no seio do aparelho militar; enquanto os líderes dos partidos de direita e reacccionários agitam a cada momento o espantanto de um «golpe de esquerda»; Mário Soares e seus comparsas afirmam que a direita não tem quaisquer possibilidades, a reacção lança-se decididamente ao ataque. Provam-no, diariamente, as campanhas de boatos e calúnias, as sabotagens, os actos terroristas que visam a intimidação das populações, tentativa desesperada para procurar impedir o avanço das massas populares em luta pela defesa da revolução a caminho do socialismo.

É neste contexto que se enquadram os atentados bombistas ocorridos no fim da semana passada em vários pontos do país.

Com efeito, o desencadear de diversos actos terroristas verificados no Norte, Centro e Sul são uma pequena amostra da organização concertada dos comandos fascistas ao serviço da extrema-direita. Os objectivos visados pelos engenhos explosivos, individualidades ou organismos marcadamente progressistas, mostram

bem a quem se pretende eliminar — os que, de uma forma ou de outra, se têm batido consequentemente pelo avanço do processo revolucionário no nosso país.

Assim, as seis explosões verificadas em Lisboa na madrugada de sexta-feira visaram as viaturas de individualidades civis e militares, de que se destacam os nomes do escritor e advogado Fernando Luso Soares; comandante Ramiro Correia, ex-chefe da 5.ª Divisão do EMGFA; comandante Vilhena de Mendonça e Guilherme Ferraz Jardim.

O engenho que atingiu a Casa de Angola, na madrugada de sábado, lançado por indivíduos que seguíam de carro, é também elucidativo da acção conjugada do fascismo e do imperialismo que em Portugal como em Angola jogam todos os trunfos para salvar os seus interesses, impedindo os dois povos de se libertarem da exploração e da opressão. Curiosamente, os autores deste acto terrorista espalharam panfletos intitulados «Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental», a tal «civilização» que os fascistas de Salazar e Marcelo tanto se prezavam de representar.

Também na madrugada de sexta-feira, cerca das 3 horas, rebentou uma carga explosiva no Centro da Reforma Agrária de Alcácer do Sal. Relativamente a este acontecimento, a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária emitiu um comunicado onde, depois de se referir aos graves prejuízos provocados, nomeadamente em ficheiros e documentação, se afirma:

Os operários agrícolas, os pequenos e médios agricultores e os trabalhadores dos centros de Reforma Agrária saberão dar firme resposta a mais esta provocação reacção, reforçando a sua unidade e a sua firme disposição de avançar com o processo da Reforma Agrária até à completa liquidação dos latifundiários, pondo a terra na mão dos trabalhadores ao serviço de todo o povo.

O recurso ao incêndio é outra das armas utilizadas em larga escala pelos reacccionários. Depois dos fogos criminosos que devastaram o Norte do País, a reacção procura destruir o fruto do trabalho incansável dos trabalhadores dos campos do Sul. Desta vez o alvo foi a Herdade da Amendoeira do Campo, propriedade com 1118

hectares, que pertenceu a Armando Duarte Lopes, familiar de Fluza, e ocupada pelos trabalhadores desde o mês de Agosto.

Um automóvel vermelho, Austin Morris tipo mini, foi visto pelos trabalhadores, tendo-se posto em fuga a grande velocidade quando intimado a parar.

Chamados os bombeiros e a GNR, foi confirmado que se tratava de fogo posto. O comandante dos Bombeiros constatou que havia resíduos de líquidos inflamáveis nas janelas do palheiro, e o sargento da GNR aventou mesmo a hipótese de poder ter sido usada pólvora.

A rápida e decisiva acção dos trabalhadores, assim como a intervenção dos bombeiros, evitaram que os prejuízos se avolumassem em bens materiais e que não haja a registar, felizmente, qualquer perda de vidas humanas. Mesmo assim, os danos materiais andam na ordem das centenas de contos. E a palha que ardeu era o alimento destinado ao gado durante o Inverno.

A quem responsabilizar por mais este crime, verdadeiro atentado à economia nacional? Talvez aqueles que não hesitam em chamar ladrões aos trabalhadores do Alentejo nos saibam responder.

A UEC LANÇA O ALERTA

O Ministro da Educação e Investigação Científica, Vítor Alves, está a readmitir professores fascistas saneados das escolas após o 25 de Abril

O afastamento de indivíduos progressistas dos cargos que ocupam no aparelho de Estado e a sua substituição por elementos reconhecidamente comprometidos com o regime fascista, tem sido uma das características mais predominantes do actual governo. Indiferentes aos protestos cada vez mais veementes das massas populares e suas organizações de classe, os titulares de vários Ministérios continuam persistentemente com os saneamentos à esquerda e com reintegração de fascistas saneados após o 25 de Abril.

Desta vez é um comunicado da UEC que lança o alarme, chamando a atenção dos estudantes e população em geral para o que está a acontecer nas escolas:

Um pouco por todo o país estão a ser recolocados nos Liceus, Escolas Técnicas e Faculdades ex-legionários como Olinho C. Teixeira ou José Germano de Oliveira, de Coimbra; ex-dirigentes da A.N.P., da U.N., ou da M.P., organizações fascistas de Salazar e Caetano; ex-reitores, responsáveis pelos mais variados actos repressivos como Abílio da

Fonseca e Vicente Casal Paio; e até Hermano Saraiva, ex-ministro da educação de Salazar, responsável, entre outros crimes, pela brutal repressão de que foram vítimas os estudantes de Coimbra durante 68/69.

Estas medidas vêm no seguimento dos milhares de contos que o MEIC está a dispendir com o pagamento aos saneados, a quem está a proporcionar umas excelentes «férias» com o dinheiro dos trabalhadores, do povo português, dinheiro esse que tão bem empregue seria na construção de novas escolas, de cantinas, ou no recrutamento de novos docentes, ou no financiamento do estudo de milhares de jovens trabalhadores que o desejassem fazer.

Se o Sr. Vítor Alves, actual MEIC, julga que os estudantes têm tão curta memória que se esqueçam dos actos cometidos nas escolas por todos esses reacccionários — engana-se redondamente.

Se o Sr. Vítor Alves pensa entrar a luta dos estudantes portugueses pela democratização do ensino, impondo-lhes como professores, fascistas

descarados — engana-se redondamente.

Nem os estudantes, nem os professores progressistas permitirão que saneados retomem o seu lugar!

Apelando para que todos os estudantes, professores e organizações progressistas e revolucionárias se unam e organizem a fim de impedir que os fascistas regressem às escolas, a UEC afirma uma vez mais a sua firme decisão de lutar incansavelmente pela construção de um ensino democrático, um ensino novo, do povo e ao serviço do povo.

está indicado para professor do D. Pedro V.

JANUÁRIO SANTOS PINHEIRO — ex-Professor da Escola da PIDE e ex-Director da Escola Técnica Marquês de Pombal, está indicado como professor na Escola Técnica António Arroio.

PROFESSOR JOAQUIM RODRIGUES BRANCO — Professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, saneado pelo plenário dos estudantes de Medicina em 6 de Dezembro de 1974, pela colaboração por si dada na acção repressiva aos estudantes pela PSP em 1972. Filiado na União Nacional.

ABILIO DA FONSECA — ex-dirigente da ANP e da MP, executor dos mais variados actos como reitor do Liceu de Viana do Castelo e depois do Liceu António Nobre no Porto. Fez denúncias, fez prisões, expulsou estudantes. Era um autêntico polícia nos liceus onde foi reitor. Está numa escola da Maia a dar aulas.

MÁRIO AUGUSTO — foi saneado em Assembleia anti-caetanista, fervoros admirador da cruz gamada (que exhibia nas aulas), membro do extinto Partido do Progresso. Os estudantes do 5.º ano do Liceu Alexandre Herculano recusaram-se a participar nas aulas devido ao carácter fascista que imprimia às matérias. Indicado para dar aulas no Liceu Carolina, no Porto.

CARLOS CARDOSO — nazi convicto, salazarista anti-caetanista, fervoros admirador da cruz gamada (que exhibia nas aulas), membro do extinto Partido do Progresso. Os estudantes do 5.º ano do Liceu Alexandre Herculano recusaram-se a participar nas aulas devido ao carácter fascista que imprimia às matérias. Indicado para dar aulas no Liceu Carolina, no Porto.

VICENTE CASAL PAIO (PLAIO) — ex-Reitor do Liceu da Póvoa. Antes do 25 de Abril submeteu vários estudantes a inquéritos e torturas. Ex-ANP, recebia frequentemente visitas de elementos da PIDE do Porto. Fez perseguições e pressões na família de um estudante progressista, tendo conseguido afectá-lo psicologicamente, a ponto de ele dizer que se ia suicidar; apareceu afogado e é conivente de amigos e familiares de que ele se suicidou.

Não passarão!

A UEC, estreitamente ligada à vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras, o PCP, juntamente com todas as forças verdadeiramente progressistas saberá desmascarar mais esta manobra do VI Governo que mais não pretende do que impedir a democratização do ensino, impedindo assim, também, o avanço da democracia e do socialismo.

ALGUNS NOMES

HERMANO JOSÉ SARAIVA — ex-Ministro da Educação de Salazar (tomou posse em Agosto de 1968), transitou para o primeiro Governo formado por Marcelo Caetano.

Entre os numerosos serviços prestados ao fascismo, salienta-se: reitor do Liceu D. João de Castro, professor de Ciências Jurídicas da Universidade Técnica de Lisboa, Procurador à Câmara Corporativa e deputado do partido fascista pelo círculo de Castelo Branco.

Como todas as «ilustres» personalidades do fascismo acumulava os seus cargos com o «tacho» de Delegado do Governo no Banco de Angola.

Terminou o seu «currículo» como Embaixador no Brasil. O fascismo condenou-o com a Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública.

Quando ministro desenrolavam-se das mais importantes lutas travadas pelos estudantes portugueses: a «luta de Coimbra» do Governo e o MEC pretendiam pôr todas as formas esmagar, servindo-se dos mais violentos meios repressivos. E do seu Ministério o célebre Decreto de Incorporação Compulsiva no Exército de estudantes de «mau comportamento» académico ou seja, anti-fascista.

Está indicado como professor no Liceu Rainha D.ª Amélia, em Lisboa.

OLINDO DOS SANTOS CARDOSO TEIXEIRA — ex-Comandante de Lança da Legião Portuguesa e Professor na Faculdade de Medicina de Coimbra.

JOSÉ GERMANO FERREIRA DE OLIVEIRA — ex-Comandante de Lança da Legião. Quando foi saneado da Faculdade de Medicina de Coimbra apresentou uma defesa que era uma verdadeira profissão de fé fascista.

DIAS MIGUEL — ex-Professor da Escola da PIDE,

MASSAS POPULARES CONTRA SANEAMENTOS

Desde a primeira hora, as massas populares denunciaram as recentes substituições de governadores civis como mais uma arbitrária medida de saneamento à esquerda. Os trabalhadores demonstraram bem, em grandes acções de massas, o seu repúdio por mais esta decisão contrária ao processo revolucionário

«As massas populares têm vindo a dar resposta a todas as tentativas de travar o processo revolucionário. Sempre que a reacção desce à rua, sempre que os conspiradores fascistas ouçam actuar à luz do dia, sempre que as forças conservadoras e de direita actuam de modo a entrar no processo revolucionário, têm encontrado pela frente um poderoso movimento popular de massas, forte e organizado, que lhes tem feito pagar caro os «atrevimentos».

O saneamento de quatro governadores civis, no mens reconhecidamente integrados no processo revolucionário decretado pelo Ministério da Administração Interna do VI Governo Provisório, representa um claro saneamento à esquerda, e assim foi entendido pelo movimento popular de massas. A substituição dos quatro governadores civis revolucionários por elementos que não inspiram confiança à classe operária e às massas trabalhadoras, por serem inimigos reconhecidos das estruturas populares de base, desencadeou de Norte a Sul do País, e principalmente nos distritos em que se efectuaram estes saneamentos à esquerda — Lisboa, Braga, Castelo Branco e Faro — uma firme contra-ofensiva das forças populares e democráticas.

Um dos mais salientes aspectos da grande manifestação unitária realizada em Lisboa no passado dia 23 foi o repúdio pelo saneamento do governador civil de Lisboa, em particular, pelos saneamentos à esquerda em geral.

Em punhando cartazes onde se podia ler «Fora com a social-democracia», «Não a uma política de direita», gritando palavras de ordem como «Reacccionários fora dos quartéis»; já!», «Soldados sempre, sempre ao lado do povo» e «Governo Civil é do Povo», os milhares de manifestantes desfilarão pelas principais artérias de Faro, na maior manifestação já realizada no Algarve.

A Comissão Distrital de Faro do nosso Partido, num comunicado distribuído na segunda-feira, salienta: «Esta grandiosa manifestação da classe operária, dos trabalhadores e da população do Algarve é a firme resposta das massas populares e das organizações progressistas à recente nomeação de um governador civil reconhecidamente inimigo das estruturas populares de base. Mais uma vez se prova que não é com saneamentos à esquerda que se resolve a actual crise política. Mais uma vez se prova que os trabalhadores e as massas populares organizadas não aceitarão decisões oportunistas que visem, de uma forma ou de outra, fazer andar para trás o processo revolucionário».

No fim da manifestação, o Governo Civil foi ocupado simbolicamente pelos manifestantes, que deste modo demonstravam o seu repúdio pela decisão de substituir o governador civil de Faro. Na altura da ocupação simbólica, foi constituído pelos manifestantes, um comité de luta, que deu conhecimento da decisão de ocupar o edifício ao comandante do Regimento de Infantaria de Faro.

Na sequência das provocações e violências desencadeadas pelo PS - PPD - CDS - MRPP e outros fascistas, forças militares ocuparam as instalações do Governo Civil.

MILHARES de pessoas representando comissões de moradores e de trabalhadores de todo o distrito de Braga participaram na manifestação que se realizou na passada semana contra a demissão do governador civil, demissão essa que as massas populares consideram mais um saneamento à esquerda e, portanto, uma medida antipopular e contrária ao processo revolucionário.

Após desfile pelas principais ruas da cidade, realizou-se um comício junto ao edifício do Governo Civil, no fim do qual usou da palavra o governador saneado. No decorrer deste comício foi denunciado o comprometimento do actual governador nomeado pelo VI Governo com o fascismo e o grande petronato da região, só comprova e justeza de repúdio das massas populares pelas decisões tomadas.

Apesar da incorrecção da atitude assumida pelos manifestantes que insistiam na ocupação do Governo Civil, é de condenar vivamente a provocação montada pelo PS-PPD-CDS, a que se aliaram, entretanto, os neo-fascistas do MRPP.

O comunicado da Comissão Distrital de Faro do PCP salienta, a este propósito: «À meia-noite, hora decidida pela comissão de luta eleita para final da ocupação simbólica, o PCP deu orientação aos seus militantes e simpatizantes para retirar do Governo Civil. Também por esta hora tinha-se conhecimento que dirigentes do PS, do PPD e conhecidos reacccionários mobilizavam vários concelhos do Algarve para provocar confrontos violentos com os ocupantes, ameaçando alguns atacar os centros de trabalho do PCP. Lamentavelmente, dentro do Governo Civil, alguns elementos contrariaram a decisão do comité de luta, o que veio a prolongar desnecessariamente a ocupação. Entretanto, conhecidos dirigentes do PS, militantes do PPD e provocadores fascistas e do MRPP investiram contra o Governo Civil, partindo e destruindo a passagem, em atitudes de vandalismo e de desespero.»

Após narrar alguns actos de terrorismo provocados pelos contra-manifestantes reacccionários, o comunicado do nosso Partido salienta: «Esta atitude desesperada e provocatória dos dirigentes do PS, dos pépêdes e dos fascistas não pode contudo desfazer a importância e o significado desta grandiosa jornada de luta.»

MANTER A VIGILÂNCIA

O comunicado da Comissão Distrital de Faro do PCP salienta, a terminer: «A Comissão Distrital de Faro do PCP saúda todos os participantes nesta importante manifestação, incluindo os soldados que se puseram ao lado dos populares, e exorta a classe operária, todos os trabalhadores, as massas populares e as suas organizações a manterem-se vigilantes e prontas a continuarem a justa luta contra a substituição do governador civil, contra os saneamentos à esquerda, pela defesa das estruturas populares de base, pelo prosseguimento do processo revolucionário rumo ao socialismo.»

BRAGA CONTRA SANEAMENTO DO GOVERNADOR CIVIL

MILHARES de pessoas representando comissões de moradores e de trabalhadores de todo o distrito de Braga participaram na manifestação que se realizou na passada semana contra a demissão do governador civil, demissão essa que as massas populares consideram mais um saneamento à esquerda e, portanto, uma medida antipopular e contrária ao processo revolucionário.

Após desfile pelas principais ruas da cidade, realizou-se um comício junto ao edifício do Governo Civil, no fim do qual usou da palavra o governador saneado. No decorrer deste comício foi denunciado o comprometimento do actual governador nomeado pelo VI Governo com o fascismo e o grande petronato da região, só comprova e justeza de repúdio das massas populares pelas decisões tomadas.

A GREVE NA FACULDADE DE ENGENHARIA DO PORTO

A greve dos assistentes da Faculdade de Engenharia do Porto saldou-se por uma vitória. Mas os problemas de fundo continuam por resolver

O ensino superior continua a debater-se com o problema de fundo, cuja solução, que parecia poder vir a alcançar-se a curto prazo, afigura-se agora de novo comprometida.

Um caso típico é o do Estatuto da carreira universitária.

O trabalho dos docentes universitários está ainda submetido ao Dec. 132/70, herdado do fascismo, e que a cada momento se revela embaraço intransponível na organização da vida das escolas e fonte de injustiça permanente. As obrigações de prestação de trabalho dos docentes são inadequadas e elitistas, a sua retribuição é obtida pela soma aleatória de vencimento, gratificações e subsídios, (cujo total é em muitos casos bem diferente para trabalhos equivalentes), a manutenção e prosseguimento na carreira universitária está estabelecida em moldes repressivos, etc., etc. Desta situação já há muito se deram conta os docentes progressistas das Universidades, especialmente os assistentes, que, sendo os que auferem mais baixos vencimentos, são também os que geralmente mais responsabilidades hoje assumem nas diversas Faculdades, quer sob o ponto de vista pedagógico, quer em questões científicas, ou até de gestão.

A estes problemas juntam-se outros, muitas vezes com raiz nos primeiros, como agora aconteceu na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

O atraso no pagamento do reajustamento provisório de letra, (com efeitos retroactivos desde Janeiro de 1975, segundo o Dec.-Lei promulgado em 4 de Junho), o atraso no pagamento da actualização de vencimento, (segundo o Dec.-Lei promulgado em 13 de Setembro), o atraso no pagamento do subsídio de regências teóricas e de horas extraordinárias e ainda o atraso na contratação de diversos docentes, levou os assistentes a exigirem o estabelecimento de uma data limite satisfatória para resolução dos diferentes problemas.

A falta de resposta convincente veio a provocar uma greve iniciada em 13 de Outubro que só foi suspensa no passado dia 24 após garantia de que as reivindicações fundamen-

tais seriam satisfeitas em Novembro.

A greve, de indiscutível justiça, quer pelo conteúdo das reivindicações, quer pela forma de recurso último com que foi decidida, saldou-se numa vitória para os assistentes da FEUP, que tiveram o apoio da solidariedade dos assistentes de toda a Universidade, reunidos em Plenário, bem como dos alunos da própria Faculdade.

Contudo, os problemas de fundo continuam por resolver. O estatuto da carreira universitária, cuja preparação estava em fase adiantada, corre agora o risco de ser posto de lado pela nova equipa do Ministério da Educação e Investigação Científica. Por outro lado, a recente proposta de progressiva extinção das actuais licenciaturas em Engenharia, da autoria do Secretário de Estado, eng.º Brotas, preocupa seriamente alunos e professores, devido às inúmeras implicações contidas.

Quando ministro desenrolavam-se das mais importantes lutas travadas pelos estudantes portugueses: a «luta de Coimbra» do Governo e o MEC pretendiam pôr todas as formas esmagar, servindo-se dos mais violentos meios repressivos. E do seu Ministério o célebre Decreto de Incorporação Compulsiva no Exército de estudantes de «mau comportamento» académico ou seja, anti-fascista.

Está indicado como professor no Liceu Rainha D.ª Amélia, em Lisboa.

OLINDO DOS SANTOS CARDOSO TEIXEIRA — ex-Comandante de Lança da Legião Portuguesa e Professor na Faculdade de Medicina de Coimbra.

JOSÉ GERMANO FERREIRA DE OLIVEIRA — ex-Comandante de Lança da Legião. Quando foi saneado da Faculdade de Medicina de Coimbra apresentou uma defesa que era uma verdadeira profissão de fé fascista.

DIAS MIGUEL — ex-Professor da Escola da PIDE,

GRANDE MANIFESTAÇÃO EM FARO

Para além das respostas concretas das massas populares aos saneamentos à esquerda dos governadores civis já conhecidos, há a destacar a grande manifestação que se realizou em Faro no passado domingo.

Ao apelo de dezenas de comissões de trabalhadores e de moradores da FUR e do PCP, a que aderiram as comissões administrativas das câmaras munic

PROVOCAÇÕES REACCIONÁRIAS

A ocupação acordada até à meia-noite, decorreu dentro da melhor ordem e disciplina revolucionária. Cerca da meia-noite, os militantes

POVO DE GRÂNDOLA UNIDO

A manifestação unitária organizada pelas comissões de moradores e de trabalhadores do concelho de Grândola, constituiu mais uma vigorosa demonstração da firmeza revolucionária das massas populares

«Chega de opressão e de mentiras. O povo já escolheu o seu caminho. O socialismo é a meta final.»

Estas palavras de um elemento da Liga de Pequenos e Médios Agricultores, quando da manifestação popular do passado dia 20 em Grândola, constituem uma reafirmação da vontade popular em marchar decisiva e inabalavelmente rumo ao socialismo. Vontade que se expressa em todos os actos da vida quotidiana, no trabalho produtivo, na organização dos trabalhadores, na defesa do poder popular, no fortalecimento da aliança entre a classe operária com o campesinato, raiz da vitória final do processo revolucionário.

Apesar do boicote desenvolvido pelo Centro da Reforma Agrária que mobilizou camponeses para Alcácer do Sal, e da morte de um conhecido anti-fascista habitante na zona, o dr. Evaristo, a manifestação de sábado passado em Grândola, iniciada com poucas centenas de populares veio a engrossar substancialmente durante o trajecto. Organizadas por comissões de moradores e de trabalhadores, a manifestação reuniu-se à noite de grande entusiasmo, sendo os slogans mais insistentes no sentido de expulsão do PPD do Governo e «Vasco, Corvacho, 5.ª Divisão voltarão!».

O tom dos discursos proferidos centralizou-se nas formas de defesa do processo revolucionário, na

determinação dos trabalhadores da cidade e do campo em derrotar as manobras da reacção, lutar contra o processo de saneamentos à esquerda e combater pelo desenvolvimento das organizações populares. Neste sentido usaram da palavra, um elemento da Comissão de Moradores da Aldeia do Futuro, um elemento das cooperativas agrícolas do concelho, um membro da Liga de Pequenos e Médios Camponeses e um elemento da Comissão Administrativa da Câmara de Grândola.

Manifestação de unidade e de firmeza revolucionária a que se realizou em Grândola, no passado sábado, veio mais uma vez ressaltar que jamais as massas populares, grandes agentes da revolução, permitirão que os fascistas e seus aliados barrem o caminho do povo português para uma sociedade sem exploração, rumo ao socialismo.

Promovida pela Associação Portuguesa — URSS realiza-se de 3 a 10 de Novembro a «Década da URSS em Portugal» conjunto de iniciativas de carácter cultural que inclui exposições, espectáculos de danças, exibição de filmes e manifestações desportivas. O conjunto de danças do Azerbaidjão apresentar-se-á no Porto, em Aveiro, em Coimbra, em Alparca, em Lisboa, em Evora e Beja. A exposição «Grande Outobro na Rússia» será inaugurada em Lisboa, no Palácio Foz, no dia 3. Haverá também exposições de fotografia artística, no Porto; do livro de arte soviético e de artesanato, em Lisboa.



AVANÇAR, AVANÇAR CONTRA A REACÇÃO

No prosseguimento do movimento popular de massas contra as manobras reaccionárias que se fazem sentir as Organizações Populares da Zona de Lisboa promoveram na passada quinta-feira uma grande manifestação unitária que levou ao Rossio dezenas de milhares de pessoas

A passagem à contra-ofensiva das forças revolucionárias, a grande movimentação das massas populares em defesa das conquistas da revolução aumentam de caudal dia a dia. As grandes manifestações unitárias de trabalhadores, de norte a sul do País, comprovam a firmeza e combatividade que animam os operários, camponeses, soldados e marinheiros, todos os trabalhadores, no combate à reacção e ao fascismo, na defesa das conquistas revolucionárias, na luta pela construção do socialismo. A grande manifestação unitária realizada na passada semana em Lisboa constituiu mais uma poderosa demonstração de vitalidade das massas populares organizadas.

Milhares e milhares de operários, de soldados e marinheiros, de trabalhadores da zona de Lisboa responderam aos apelos do secretariado organizador da grande manifestação unitária e transformaram os Restauradores, o Rossio, a rua do Ouro e o Terreiro do Paço num gigantesco campo de luta, no qual mais uma grande batalha foi ganha. A organização popular dos operários, dos camponeses, dos soldados e dos marinheiros saiu reforçada da grande jornada unitária do passado dia 23. As forças da reacção e da contra-revolução, as forças de direita que se opõem ao processo revolucionário devem meditar bem, pois a classe operária e todos os trabalhadores saberão unir-se e organizar-se sempre que os inimigos da revolução ousarem levantar a cabeça e ameaçarem as conquistas dos trabalhadores.

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO RUMO AO SOCIALISMO

Convocada pelas organizações populares da zona de Lisboa, a grande manifestação unitária do dia 23 surge na sequência das manifestações populares realizadas na Amadora, em S. Domingos de Rana, em Oeiras, em Vila Franca, no Barreiro, em Alverca, na Póvoa, em Sintra, em Torres Vedras, Almada, Setúbal, Lisboa, Faro, Évora, Beja, Porto e Coimbra. Movimentações das massas populares e militares representam a passagem à con-

tra-ofensiva das forças revolucionárias. Gloriosas jornadas de luta dos trabalhadores, como o foram igualmente a greve nacional dos metalúrgicos e dos trabalhadores alentejanos. É nestas grandes movimentações de massas que se forja a unidade das forças populares e democráticas, a aliança dos operários, camponeses, soldados e marinheiros, único caminho para a construção do socialismo.

Poderosa jornada de luta dos trabalhadores e militares da região de Lisboa, a grande manifestação unitária demonstra a necessidade de reforçar a organização popular, de reforçar a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, de reforçar a unidade entre as forças populares organizadas e os militares progressistas, filhos do povo fardado, de unir todas as forças interessadas na construção do socialismo da independência nacional.

Mas a grande manifestação unitária do dia 23 foi, igualmente, uma poderosa afirmação da combatividade das forças populares e democráticas, preparando-se para os duros combates que se avizinham contra as forças da reacção e do fascismo, contra os representantes do imperialismo na nossa Pátria, contra todos aqueles que querem perpetuar, em Portugal, a exploração do homem pelo homem. Os muito milhares de trabalhadores concentrados em Lisboa no passado dia 23 deram mais uma firme resposta às forças da reacção e da direita. O poderoso caudal revolucionário que aumenta dia a dia, sendo um sinal da passagem à contra-ofensiva das massas populares, é a mais firme garantia de que o processo revolucionário marchará ao futuro luminoso do socialismo e do comunismo.

AVANÇAR, AVANÇAR,

Muito antes da hora inicialmente prevista para a manifestação começar, já o Rossio se encontrava repleto de gente — dos mais diferentes pontos dos arredores da cidade chegavam as delegações de trabalhadores e moradores, empunhando grandes cartazes que desfaldavam para marcarem a sua presença.

No compasso de espera normal em todas as



manifestações criavam-se grupos de populares que discutiam acaloradamente a situação político-militar que o País vive. Junto à estátua D. Pedro IV a troca de opiniões era mais viva. Grupos numerosos seguiam atentamente as trocas de ideias e se por vezes existiam divergências quanto à apreciação de certos problemas, já o mesmo não sucedia relativamente à contra-ofensiva revolucionária para esmagar definitivamente as forças de direita que neste momento ainda desenvolvem impunemente a sua actividade, sabotando e destruindo a Revolução, forças essas que se encontram mesmo infiltradas no VI Governo Provisório através de um partido político que enganadoramente se intitula de «popular» e «democrático». Quanto a isto, a unanimidade era geral.

As forças populares que através da Revolução do 25 de Abril, realizada pelas forças progressistas das Forças Armadas se libertaram definitivamente da exploração dos grandes monopólios e dos grandes latifundiários não estão dispostas a perderem as suas conquistas, tanto mais que sabem que a permiti-lo a

repressão não teria limites, como sucede no Chile, no Brasil, no Uruguai e noutros países onde o fascismo conseguiu derrotar a vontade da massa trabalhadora. Os trabalhadores portugueses que durante cerca de cinquenta anos sofreram na carne a repressão sabem hoje, e por várias vezes já o demonstraram, a necessidade de avançarem rumo ao socialismo ao mesmo tempo que esmagam a reacção fascista, encapotada sob as siglas do PPD, CDS e outras. Esta uma das razões porque na manifestação mais se fazia ouvir a palavra de ordem «avançar, avançar».

UMA ENCHENTE POPULAR

A poderosa contra-ofensiva das massas trabalhadoras tem impedido que as forças de direita, novamente alojadas nos órgãos governativos, consigam realizar plenamente o seu objectivo de calar os justos anseios das massas trabalhadoras. A grande manifestação unitária que na passada quinta-feira levou ao Rossio milhares e milhares de pessoas constituiu mais um passo na contra-ofensiva revolucionária.

Uma enorme multidão transbordava da praça do Rossio. Presentes numerosas comissões de moradores e de trabalhadores, bem como soldados e marinheiros de várias unidades e representações de empresas e sindicatos. Impossível enumerar todas porquanto os cartazes sucediam-se rápidos na enchente popular que desfilou pela Rua do Ouro até à Praça do Comércio. Das que foi possível tomar nota, e outras tantas lá estariam, salientamos: Comissões de Moradores da Charneca da Caparica, do Bairro Marechal Carmona, em Cascais, de Cacilhas, de S. Domingos de Rana, do Chegadinho, de Paço de Arcos, Arrentela, Porto Salvo, Amadora, Areias, S. João de Deus, Nossa Senhora de Fátima, Cruz Quebrada, Dafundo, Costa da Caparica, Pombal, Freguesia da Sé, Prazeres, Martim Moniz, Murtal, Santos-o-Velho, Santa Iria da Azóia, Ericeira; Comissões de Trabalhadores e representações das seguintes empresas: Gulbenkian, Companhia Portuguesa dos Transportes Marítimos, A. Silva e Silva, do Seixal, Livraria Bertrand, TLP, Arsenal do Alfeite, Trabalhadores do Mar, Lisnave, Trabalho-

res Bancários, Cometa, Atral-Cipan, Sterling, Externato Séneca, Trabalhadores da Função Pública, Maiombe, Metalúrgica Luso-Italiana, Ferroviários do Sul e do Centro, Ecriil, Interaço, Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Hellaço, Lisnico, Habitat, Utic, Cimentos Tejo, Trabalhadores da Cooperativa Piedense, Direcção Geral dos Desportos, Ministério do Trabalho (que segundo nos informaram não levavam nenhum representante, quer do ministro, quer dos secretários de Estado), Sociedade Central de Cervejas, CTT, Equimetal do Barreiro, Sindicato das Artes Gráficas, Banco do Alentejo, Batista Russo, «Diário de Notícias», «O Século», RTP, Friantarcus, Trabalhadores do Teatro, Ministério da Comunicação Social, Biafarma e muitas outras empresas.

Face à calúnia e ao divisionismo milhares e milhares de trabalhadores marcaram com a sua presença uma resposta firme à reacção. A enchente popular que submergiu o Rossio levou cerca de uma hora a escoar daquele local.

«FRANGOS À DEPENA CARNEIROS À TOSQUIA»

Numa massa compacta, a multidão começou a desfilor pela Rua do Ouro, levando na sua vanguarda numerosos soldados e marinheiros. Entretanto, outros militares, em número elevado, distribuíam-se pelo resto da manifestação.

Salientando o seu descontentamento pelo avanço da reacção os manifestantes gritavam: «PPD fora do Governo» e «Morte ao ELP e a quem o apoiar», palavras de ordem que se repetiram durante quase toda a manifestação. Mas as massas trabalhadoras, saturadas de ouvirem falar em socialismo a pessoas que na prática apenas favorecem as manobras da reacção não deixaram de recordar que estão dispostos a lutarem pelos seus direitos, quando gritaram as seguintes palavras de ordem: «Governo de direita não, revolucionários para o Conselho da Revolução», «Reaccionários fora dos quartéis», «Não aos saneamentos à esquerda», «Leis do V Governo cá para fora», «Em frente pela Reforma Agrária».

O Norte, onde o fascismo ainda continua impune na exploração a na intimidação aos trabalhadores, também não foi esquecido pelos manifestantes que por diversas vezes gritaram «Força, força Norte que a Revolução será mais forte».

O humor mordaz do povo também esteve presente através de um cartaz onde se lia «Frangos à depena, carneiros à tosquia», numa alusão directa ao dirigente social-democrata do PPD e noutro cartaz onde se encontrava desenhado o número VI abrindo brechas por todos os lados em completa derrocada.

A ESPANHA VENCERÁ

A notícia que depois se verificou não ter fundamento, de que Franco tinha morrido finalmente, veio causar um profundo delírio entre os manifestantes que gritavam «a Espanha vencerá», irmanando-se com a luta do povo espanhol que combate contra a repressão assassina dos dirigentes fascistas daquele país.

Na Praça do Comércio já se encontrava uma grande multidão aguardando a chegada dos manifestantes. O desfile que depois se efectuou naquele local até à concentração junto da estátua não deixou lugar para dúvidas quanto ao desejo do movimento popular de massas avançar no processo revolucionário, dispondo-se a esmagar todos os entraves que lhe surjam pelo caminho, quer sejam sociais-democratas disfarçados de «socialistas», quer sejam fascistas disfarçados de «democráticos».

A grande aglomeração que se registou na Praça do Comércio foi a prova cabal de que a reacção não poderá avançar como em «vinha vindimada», como terá pensado inicialmente. Enquanto a reacção puder levantar a cabeça a luta das massas trabalhadoras continuará para que nunca mais este país possa sofrer a ignomínia da exploração e da repressão.

UNIDADE DAS FORÇAS PROGRESSISTAS

Durante o comício, que depois se realizou, usou da palavra, em primeiro lugar, um dos militares libertados da Trafaria, que salientou a luta dos militares em várias unidades, nomeadamente

no RASP e no CICAP, contra a repressão fascista, perguntando a dada altura por que razão havia elevadas somas para pagar aos mercenários enquanto os soldados recebem salários miseráveis?

Representando a comissão de trabalhadores da Lisnave falou a seguir um trabalhador daquela empresa que afirmou:

«As acções concretas da reacção e da contra-revolução devemos responder como estamos respondendo: com a unidade das forças progressistas».

Mais adiante salientou que os trabalhadores querem o «socialismo e não a social-democracia onde predominam os monopólios», asseverando que as massas que trabalham querem «um Governo firme que combata a reacção, avance para o socialismo e garanta as conquistas alcançadas».

Depois de ter falado um representante da comissão de moradores da Sétima Zona (Beato-Oliveiras-Marvila) um elemento da Assembleia Popular da Amadora e trabalhador da Cometa apelou para um apoio decidido à luta dos camponeses pela Reforma Agrária. Foram lidas moções de apoio ao MPLA e de protesto pela demissão dos governadores civis e ainda uma outra em que se exigia a adopção imediata de severas medidas contra as forças reaccionárias. As moções foram aprovadas por aclamação, tendo sido igualmente repudiado pelos presentes o recente despacho do Ministro do Trabalho que regulamenta as reuniões dos funcionários daquele departamento.

No final, os manifestantes dirigiram-se em cortejo para o Rossio manifestando o seu apoio ao MPLA e à luta do povo angolano. Anteriormente, quando a manifestação partia dali alguns reaccionários que habitualmente se concentram no passeio fronteiro ao «Pic-Nic» tinham proferido algumas provocações como «O ELP está presente» e palavras de apoio à UNITA e ao FNLA mas foram dispersos prontamente pelos manifestantes que não permitiram que aquelas provocações passassem de um arremedo. No final quando o cortejo regressou ao Rossio este encontrava-se já desocupado do habitual grupo de reaccionários, que certamente tinham procurado ares mais «saudáveis» para o seu reaccionismo.



- Visitaram recentemente a Intersindical Nacional membros progressistas do Movimento Sindical Brasileiro, que informaram das formas de acção utilizadas no desenvolvimento de uma ampla participação dos trabalhadores brasileiros na luta pela conquista de algumas regalias económicas, sociais e políticas, tendo como objectivo fundamental a instauração de uma sociedade onde sejam respeitadas as liberdades fundamentais e termine a violenta repressão que se abate sobre as massas trabalhadoras.

Os camaradas brasileiros expressaram a sua solidariedade fraternal com os trabalhadores portugueses.

- «Preferia uma guerra civil á tomada do Poder pelos comunistas» — declarou o sr. Galvão de Melo, que se afirmou, mais uma vez, «pronto a assumir o poder se o povo português o chamar». Não duvidamos, nem por um momento, da absoluta sinceridade do Sr. Galvão de Melo... Entretanto não parece que a sua fome de poder venha alguma vez a ser saciada.
- O movimento de agricultores rendeiros do Norte está a emprender a criação de comissões de rendeiros em todas as freguesias para dar força ao movimento e exigir: «o cumprimento da lei do arrendamento e da tabela dos valores máximos das rendas, já aprovado pelo Governo; assistência gratuita aos rendeiros em caso de conflito com os senhorios, através das comissões arbitrais ou dos tribunais; que não se permita aos senhorios exigir uma renda pela casa onde vivemos, que muitas vezes não passa de um curral; não inclusão nos prédios arrendados do brávio necessário para o bom funcionamento da exploração; desmascarar os que combatem a lei e querem enganar os caseiros».
- «O Governo da República Popular de Moçambique — afirmou o representante da FRELIMO e do Governo de Moçambique presente em Lisboa — tem a certeza de que os técnicos portugueses estão em melhores condições de que outros para auxiliarem e trabalharem em Moçambique pela facilidade de comunicação, e porque o povo português nutre o desejo de uma descolóniação dentro dos princípios de internacionalismo e da luta comum entre os dois povos.»
- Em reunião promovida pelo Comité de Solidariedade com Portugal da República Federal Alemã foram aprovadas as seguintes medidas: Lançar na RFA uma campanha de apoio monetário à Cooperativa Agrícola A União Faz a Força, que se encontra em fase de arranque; promover sessões de esclarecimento, concertos e exposições relacionados com a luta que as forças progressistas travam em Portugal; publicar informações, de modo que o povo alemão possa estar esclarecido sobre a nossa Revolução e efectuar campanhas para fomentar o turismo em Portugal no próximo Verão.
- Sindicatos de Coimbra, reunidos em sessão de trabalho com elementos da Intersindical, manifestaram o seu incondicional apoio á luta dos trabalhadores agrícolas pela Reforma Agrária, que consideram «marco essencial para o avanço revolucionário do nosso país». Na mesma reunião repudiou-se as tentativas de intromissão do Ministério do Trabalho no movimento sindical unitário e a actuação do Ministério da Comunicação Social em relação aos órgãos de informação.
- Num comunicado subscrito por mais de uma dezena de sindicatos de operários e empregados de serviços, a Comissão Revolucionária de Apoio á Reforma Agrária dirige-se, num apelo «a todos os patriotas revolucionários, para contribuir monetariamente na justa luta dos trabalhadores agrícolas, de que depende a Revolução portuguesa, rumo ao socialismo». A CRARA anuncia que vai proceder, no próximo dia 7 de Novembro, a uma campanha nacional de angariação de fundos para apoiar a luta revolucionária dos trabalhadores do campo pela Reforma Agrária.
- Os sindicatos reunidos na União dos Sindicatos de Viana do Castelo, Intersindical, aprovaram uma moção em que consideram que a unidade sindical «é condição essencial para salvaguarda dos interesses das classes trabalhadoras, bem como para a consolidação das suas conquistas».
- A convite do Conselho Central da União dos Sindicatos Búlgaros, uma delegação da Intersindical Nacional deslocou-se à República Popular da Bulgária com o fim de serem estudadas as formas concretas de solidariedade dos trabalhadores búlgaros para com os trabalhadores portugueses.
- Em comemoração do 58.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, inaugurar-se-á, em princípios do próximo mês, em Portugal, a década da União Soviética.
- Conforme denúncia da revista da República Democrática Alemã «Neue Berliner Illustrierte», é grande a amizade do ex-general Spinola com os generais brasileiros Carlos Fontoura e Samuel Correia.
- O comité de Portugal na Holanda, em comunicado assinado por professores e estudantes, manifesta a sua preocupação com «o facto de agora se ter formado um Governo em que partidos que se esforçam por impedir e até mesmo parar o processo revolucionário, têm nele grande influência».
- Em assembleia geral, os associados do Sindicato Livre dos Pintores da Construção Naval e Oficinas Correlativas dos Distritos de Lisboa e Setúbal aprovaram moções de apoio á Reforma Agrária e condenando a ingerência do Ministério do Trabalho na vida sindical.
- Os quatro jornais que, reunidos, constituem a maior central de boatos jamais existentes em Portugal — «Expresso», «Luta», «Tempo» e «Jornal Novo» — continuam fiéis á sua linha de independência e objectividade. Todos simpatizam muito com o comunismo quando se trata da China, todos são anticomunistas quando se trata da União Soviética. Todos encaram com apreensão a marcha da Reforma Agrária. Todos gostam de entrevistar e elogiar oficiais moderados ou reacţionários; todos criticam oficiais revolucionários. Todos cultivam o alarmismo político e o mexericismo.

A derrota dos oportunistas

No decorrer de uma assembleia geral extraordinária efectuada no Pavilhão dos Desportos, foi suspensa a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, prevendo-se que a destituição se verificaria numa próxima assembleia, após o que serão marcadas novas eleições.

Em pormenorizado relatório, o Conselho Fiscalizador apreciou a actuação da direcção suspensa. A utilização abusiva do aparelho técnico, a frequência das instalações do Sindicato por elementos completamente estranhos, a elaboração de comunicados por alguns elementos da direcção, em nome desta e concebidos em termos impróprios, a demora na organização de um inquérito a 13 trabalhadores indevidamente suspensos (cuja imediata reintegração foi decidida no decurso da assembleia) — são algumas das acusações feitas aos elementos agora suspensos.

Conforme consta da moção aprovada pelos trabalhadores presentes na Assembleia, a suspensão da direcção deve-se, em termos gerais, à sua falta de respeito «pelos mais elementares deveres da democracia interna do sindicato» e «a sua incorrecta actuação, reveladora de inconsciência e incompetência».

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, agora suspensa, é um dos exemplos da política de «santas alianças», concebidas sob o estandarte do anti-comunismo, e visando de facto colocar os sindicatos, e se possível a própria Intersindical, a reboque de partidos e grupos bem pouco empenhados na defesa dos interesses das massas trabalhadoras. Tais alianças, só aparentemente estranhas, reúnem em listas comuns elementos do PS, do MRPP, da AOC, e de toda a casta de facções, grupos e entidades reacţionárias, com laivos falsamente de esquerda, ou abertamente direitistas. Um objectivo comum — afastar da direcção dos sindicatos (e de todos os órgãos de poder popular), os comunistas, os verdadeiros revolucionários, os que desde sempre se empenharam na defesa dos interesses das massas exploradas do nosso país, e por isso, e só por isso — perante o temor e a «indignação» de esquerdistas e direitistas de todos os matizes — se encontraram na direcção dessas organizações populares.

Os reais desígnios de tal actuação, ultrapassam mesmo, possivelmente, os objectivos de alguns dos seus promotores. Nesta manobra envolvente, não é difícil divisar o dedo altamente experimentado e especializado dos centros de reacção internacional. Dividir trabalhadores, furtá-los á compreensão dos seus verdadeiros interesses, da trama com que se tecem as sociedades baseadas na exploração — é hoje, como sempre foi, actividade preferencial das centrais de provocação.

A dificuldade da manobra não consiste propriamente na conquista de algumas posições. Se nos meios operários tal tarefa se erija de dolorosos e frequentemente intransponíveis espinhos, nos sectores de predominância pequeno-burguesa, mais hesitantes e permeáveis a certo tipo de argumentos e de interesses — o ambiente é o mais desanuviado para os pescadores de águas turvas. Já jogou-se no anti-comunismo, mais ou menos subtil, mais ou menos mascarado, nos conceitos (e preconceitos) burgueses de liberdade (individualista), e os responsáveis por tais manobras conquistaram alguns êxitos, embora em certos casos por margens irrisórias.

As dificuldades vieram depois. Oportunistas arvorados em elementos de direcções sindicais, com a boca cheia de «democracia», «bases», «liberdade», «manipulação partidária», revelaram-se de súbito verdadeiros déspotas. Bem pouco interessados na opinião dos trabalhadores, cuja vontade se comprometem a respeitar e a assumir, comportam-se como senhores «iluminados». Jogam — eles sim —, em cheio, na tal «manipulação partidária». Assumem mesmo posições reacţionárias, apoiando-se nas posições de direita que tem vindo a ser tomadas por um Governo que se está a revelar abertamente impopular (por ser anti-popular). Demonstram uma lamentável incompetência — não foi para servir os trabalhadores que se agarraram a lugares de chefia, e a competência é sempre coisa que exige trabalho e dedicação.

O resultado é o isolamento e a desagregação. A perda de poder efectivo. Constituindo uma aliança heterogénea, os fins últimos não são os mesmos. Digladiam-se. Os escrúpulos são poucos, e cada um quer ganhar a hegemonia á custa dos restantes. Face às massas trabalhadoras, manifestam a sua total incapacidade de defender os interesses que dizem encarnar. Desmascaram-se, cobrindo-se de ridículo.

O assalto ás direcções sindicais, por elementos estranhos, de facto, aos interesses das massas trabalhadoras, insere-se em toda uma estratégia mais vasta, que visa prender e sufocar a revolução nos moldes da social-democracia — através da subjugação «pacificada», das massas trabalhadoras. Outros visam mais longe, apontam para o fascismo (enquanto os primeiros lhes abrem imprudentemente as portas). A operação social-democrática é inviável nas actuais condições históricas do nosso país. Há entretanto quem ainda não se tenha apercebido. Ou que prefira todas as alternativas, à do verdadeiro e único socialismo possível — o que se baseia no fim da exploração do homem pelo homem. Laborando nesse erro, tornam-se, objectivamente, aliados dos que manobram com intuítos mais sinistros.

A operação pretende basear-se nos resultados aleatórios de umas eleições com objectivos bem definidos. Está votada ao fracasso. Cada dia que passa mais o demonstra e acentua. As «maiorias eleitorais» veem-se reduzidas ás suas verdadeiras dimensões. A energia das massas unidas em luta desintegra os limites formais em que se pretendia prendê-las. A política eleitoral vé-se neste momento, mais do que nunca, face a face com o seu fracasso — a debilidade da pobre base demagógica em que assentava.

Literatura e reacção

Com preocupações de grande publicidade, foi recentemente lançado em Portugal um novo livro de Soljenitsin «O Arquipélago Gulag». A Bertrand, em particular, prima na propaganda que faz a tal livro. Algumas livrarias têm as suas montras dedicadas em exclusivo ao «Arquipélago

Gulag». Outros órgãos de informação fazem igualmente, ainda que em proporções mais modestas, publicidade a este livro.

Soljenitsin é uma figura particularmente conhecida em todo o mundo capitalista. Não como escritor. Mas pelo seu arreigado anticomunismo, pela forma como traiu e atacou a sua ex-pátria, a União Soviética, pelos serviços que tem prestado á reacção internacional. Em Portugal não é a primeira vez que Soljenitsin é alvo de tamanha publicidade. Quando o fascismo imperava no nosso país, e o lápis da censura cortava qualquer linha que de leve referisse algo da vida na União Soviética, a imprensa portuguesa, através dos órgãos então mais afectos ao governo terrorista dos monopólios e latifundiários, inseriu nas suas primeiras páginas o elogio de Soljenitsin. Então, ele foi apresentado como uma pobre «víctima» do comunismo. Um comunismo pintado com as cores de papão com que o fascismo o concretizava, com os trabalhadores gemendo amarrados a grilhetas, os «presos políticos» armazenados em «campos de concentração» e «hospitais psiquiátricos», as mulheres chorando o roubo dos filhos ainda crianças (talvez ainda ninguém se tivesse lembrado de inventar a mortífera injeção atrás da orelha dos velhos). Soljenitsin surgiu como «herói» que se liberta das «terríveis malhas» do mundo socialista. É natural a publicidade que os órgãos de informação fascista então lhe deram.

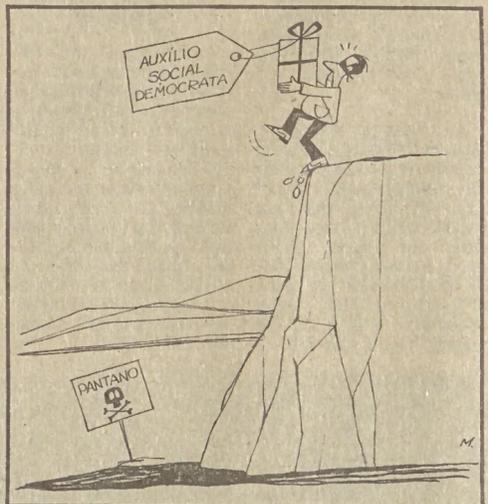
Hoje Soljenitsin volta às montras das livrarias. É propagandeado pela Bertrand. O que também não surpreende, da parte de uma editora ligada por todas as suas fibras ao imperialismo. O imperialismo que tão bem Soljenitsin sabe servir.

O que já é mais difícil de compreender é que os repugnantes escritos de Soljenitsin sejam tão amplamente divulgados num país em revolução, um país que diz ter como seu objectivo fundamental a construção do socialismo. O que é mais difícil de compreender é a aceitação de uma publicidade feita em termos altamente insultuosos para um país que se destaca no auxílio desinteressado que tem prestado ao nosso povo. A amplitude da publicidade dada a um homem, que por esse mundo fora, insulta a revolução portuguesa, se manifesta inequivocamente contra o processo revolucionário que se vive no nosso país, alinha com as forças reacţionárias, tem mesmo a audácia de elogiar o Chile de Pinochet.

Uma única explicação plausível se pode encontrar para este aparente paradoxo — a crise política que neste momento se vive em Portugal. As hesitações do nosso processo revolucionário. Uma explicação que se aclara mais quando o sr. Sá Carneiro se refere em termos elogiosos ao sr. Soljenitsin...

O sr. Carlucci e o medo da reacção

Em entrevista recentemente concedida ao semanário espanhol «Cambio 16», o embaixador dos EUA em Portugal, Frank Carlucci, voltou a salientar as «preocupações» de Washington (e não só) em relação a Portugal. Carlucci foi particularmente cuidadoso, evitando comprometer-se com afirmações incisivas sobre pontos importantes, como as relações entre Portugal e a NATO, as actividades da CIA contra a revolução portuguesa (dentro ou fora das nossas fronteiras), as eventuais ligações com o ELP. O pouco que adiantou não deixa, entretanto, de ser suficientemente esclarecedor.



As «relações de Portugal com a NATO preocupam o embaixador dos Estados Unidos — afirmou Carlucci —, trata-se de um assunto interno, mas é evidente que a política de qualquer governo é influida pelos seus componentes e, se alguns são comunistas, isso terá repercussão nas atitudes do referido Governo e será tomado em consideração pelas nossas autoridades e o nosso povo».

E acrescentou: «Sempre tivemos uma contradição, pelo menos filosófica, sobre a participação, em qualquer Governo membro da NATO, do Partido Comunista. Porque a NATO é uma aliança defensiva contra o comunismo».

Nem só Carlucci manifesta as suas reservas em relação á situação em Portugal. O mundo capitalista tem revelado uma coerência e uma concordância notáveis, em tudo o que se refere ao nosso país. Assim o jornal conservador londrino «Daily Telegraph» sublinha com preocupação: «O auxílio da comunidade europeia, no valor de 83 milhões de libras, incluindo uma contribuição britânica, será, em breve, desembolsado para o actual Governo Português. Quando a decisão de dar auxílio foi tomada, estipulou-se que, a fim de que pudesse contar com essa assistência, Portugal deveria ter um Governo democrático multipartidário. Contudo, nem com muita imaginação se poderá afirmar que o actual Governo português preenche esses requisitos».

Em primeiro lugar, tanto o sr. Carlucci como o «Daily Telegraph» encaram como perfeitamente normal a intervenção nos problemas internos de outro país, desde que a sua evolução política não lhes agrade. Carlucci refere-se-lhe com os rodeios e os cuidados de um diplomata. O «Daily Tele-

graph» fá-lo com particular cinismo e despudor. Mas o fundamental da atitude de ingerência não pode ser alterada pela forma como a sua defesa se expressa. Para o sr. Carlucci trata-se de questão filosófica... mas a filosofia do sr. Carlucci, por mais impregnada de idealismo (no sentido filosófico que possa estar, não para nas «alturas» das especulações teóricas. Antes encontra expressões práticas bem palpáveis. A CIA — que o texto da entrevista revela dispor em Portugal de fortes e especializados contingentes de funcionários que actuam em território português, mas também fora em função de Portugal — tem pouco a ver com as «contradições filosóficas» do sr. Carlucci (pelo menos no plano prático). É uma ameaça permanente para o processo revolucionário português. Um aliado insubstituível e um «professor» emérito para a reacção nacional. A despeito das negativas do sr. Carlucci, seria bem ingénua admitir a inexistência de ligações entre essa sinistra central de provocação, e o ELP & C.»

O «Daily Telegraph» manifesta inequivocamente os seus temores de estar a deitar á rua dinheiros destinados á chantagem, ao reforço de posições de direita no nosso país — uma canga colocada no dorso de um povo, para o poder dirigir para os pântanos da social-democracia, desaguando no banho de sangue fascista. Fala como negociante que investe o seu capital com um objectivo bem determinado — neste caso a ingerência nos problemas internos de um país — e tem medo de não ser compensado com os chorudos lucros almejados.

Carlucci e o «Daily Telegraph» manifestam o mesmo temor — a queda pela base das esperanças alimentadas. E apontam um mesmo obstáculo — a continuação do Partido Comunista Português no Governo. O Governo português não está bem na NATO, porque conta com comunistas na sua composição. O Governo português não é «democrático multi-partidário» — não porque nele se mantenha a indesejável presença de um partido contra-revolucionário, um partido cuja política é inequivocamente dirigida contra a perspectiva de socialismo em Portugal, contra o processo de libertação do nosso país iniciado com o 25 de Abril — o PPD; não porque não estejam nele representados sectores de esquerda que poderiam contribuir, com a sua presença nos órgãos de poder, para a solução dos grandes problemas com que se defronta a revolução portuguesa. O Governo português não é «democrático multipartidário», porque nele está representado o Partido Comunista Português.

São compreensíveis os receios da reacção internacional. Jogou forte, em conluio com a reacção interna, e com todos os que abrem as portas á sua actuação, ainda que por vezes disso não tenham real consciência. Jogou forte e teme perder. Os dinheiros e tudo o resto. Esperava que o povo português — ao engano ou pela força — se vergasse á satisfação dos seus interesses.

A voz do povo e as outras

A informação é um sector particularmente importante e sensível no contexto da evolução política de cada país. A sua importância redobra, entretanto, quando se vivem períodos de grandes transformações socio-políticas e económicas — períodos revolucionários. Como arma dupla — com grande repercussão de massas — que tanto pode prosseguir objectivos revolucionários como abertamente reacţionários, a informação torna-se centro de lutas renhidas, que refletem a luta mais geral em que se empenha todo o país.

O que se tem passado em Portugal, nesse campo, é particularmente significativo. Do chorrão de calúnias e insultos sistematicamente propalados por diversos órgãos regionais, e por alguns pasquins ligados aos velhos caciques fascistas, passou-se a uma situação em que ficou limitada a voz da reacção a alguns pontos pouco expressivos. Falou-se então — e muito — de «imprensa manipulada» pelas forças de esquerda. Houve mesmo quem considerasse tal falso problema, a «questão central» da nossa revolução. Pressurosa, a reacção, as forças de direita, todos os que não estão interessados no caminho para o verdadeiro socialismo, nem tão pouco em suportar a dureza do trabalho e da luta que tal caminho implica, apressaram-se a multiplicar os seus próprios órgãos. Todos, invariavelmente, autodenominados de «independentes».

Da boca impune de tais órgãos «independentes» partiu toda uma campanha — desinibida ou subtil — da mais baixa calúnia. Atacam-se os órgãos, as pessoas, os partidos, as personalidades, a via revolucionária. Num discurso célebre, Vasco Gonçalves falou de libertinagem. Seria difícil classificar de outra forma tal utilização invertida da liberdade. Contra estes «independentes» órgãos de desinformação, não se ergueu a justiça revolucionária.

O actual ministro da Comunicação Social, não parece pretender dar mostras da mesma magnanimidade. Os chamados órgãos «independentes» demonstram entretanto o cariz de tal idoneidade de uma forma inequívoca. Continuam a atacar e a caluniar as forças revolucionárias. Agora com aval do Estado. Não é, entretanto, sobre os calunidores, sobre os defensores das forças contra-revolucionárias, das forças não empenhadas no processo revolucionário, que se erguem as ameaças de repressão. As forças revolucionárias no poder suportaram (demasiado) o que o VI Governo não suporta — a contestação. Mesmo quando é tecida da verdade, ao serviço dos interesses populares — ou por isso mesmo.

A informação revolucionária resiste. Há quem dê, entretanto, provas cabais de cedência. Por fidelidade ou pela força? Não altera a realidade. A Emissora Nacional começa a fazer-nos lembrar velhos tempos. Os ecos da voz do povo já não chegam com a força e frequência anteriores aos seus estúdios. Ressurgem as velhas loas. O bafalo estilo apologetico. A televisão portuguesa, que conta com elementos progressistas, tem «lapsos inexplicáveis». Nem uma palavra, nem uma fortuita imagem da grande manifestação unitária realizada 6.ª feira passada em Lisboa. A televisão esteve lá. Não transmitiu nada do que captou. Porquê?

A informação independente não existe. Como não existem pessoas ou organizações independentes. Os trabalhadores da informação dirigem neste momento uma importante luta — não pela independência —, mas pelo empenhamento revolucionário dos órgãos informativos. Os trabalhadores da informação não permitirão que a realidade seja deformada aos olhos do povo português. E que, sob aparências enganosas, se traiam os seus interesses, a esperança do seu futuro. Uma informação ao serviço das massas trabalhadoras — essa a verdadeira, a única, liberdade de informação possível. A única desejável.

informação

Desmascarada na Venezuela a «ajuda» imperialista

O ministro das Minas e Hidrocarbonetos da Venezuela anunciou que as negociações em curso com a «Occidental Petroleum Corporation», dos Estados Unidos, foram totalmente suspensas até ao esclarecimento da situação criada com a denúncia do ex-gerente da «Occidental Petroleum», John Ryan, da prática de suborno por esta Companhia.

Conforme afirmou Ryan, a «Occidental Petroleum» gastou na Venezuela, em três anos, o equivalente a 80 000 contos subornando funcionários ou contribuindo para os cofres de partidos políticos «democráticos». John Ryan acusou o presidente da «Occidental Petroleum» de ter pago esses subornos.



De acordo com a lei da nacionalização do petróleo, o ministro venezuelano das Minas estava a negociar com a companhia norte-americana a indemnização pela cessação dos contratos de serviço em três zonas de exploração no lago Maracaibo. Dirigentes dos diversos partidos políticos, a Confederação dos Trabalhadores e a imprensa são unânimes em exigir a realização de um inquérito exaustivo dos factos.

O Governo da Venezuela é um governo burguês. Sob pressão das massas populares e da própria evolução da situação política internacional e continental, vê-se por vezes forçado a dar alguns passos positivos. Apesar da forma que assume, envolvem vultosas indemnizações às multinacionais que têm sugado ao povo venezuelano uma parte importante das suas riquezas, a nacionalização do petróleo, inserida no movimento geral dos países subdesenvolvidos pelo controle das suas riquezas nacionais, é um destes passos positivos.

O escândalo agora levantado pelo ex-gerente da «Occidental Petroleum» vem pôr a nu o tipo de «ajuda» e de «desenvolvimento económico» susceptível de ser alcançado com a subordinação aos interesses das multinacionais.

A «Occidental Petroleum» não passa, aliás de um nome sonoro e de uma fachada. Na sua quase totalidade, as companhias petrolíferas, independentemente do nome que ostentam, são dependências mais ou menos camufladas da Exxon, da Shell, da Gulf, ou de qualquer outra das «sete irmãs» — multinacionais que já tiveram um controle absoluto — económico, e consequentemente também político — de nações inteiras. Com a ofensiva generalizada contra a dominação imperialista, em particular pela defesa das riquezas nacionais e a utilização das multinacionais como forma de descarada ingerência nos problemas internos de outros países — as grandes multinacionais (entre elas as sete irmãs), aguçaram o seu engenho, aperfeiçoaram métodos mais subtis de dominação. O financiamento de partidos ditos «democráticos», a distribuição de subornos, é um desses métodos.

Ninguém tem dúvidas quanto ao tipo de actualização do imperialismo. Tão pouco as tem o presidente da Venezuela. Mas são factos que normalmente gozam do privilégio do silêncio. Silêncio só rompido pelas denúncias das forças revolucionárias, quando têm conhecimento de dados concretos, ou quando zangas e arufos entre serventuários do capitalismo, originam lavagem de roupa suja. Na CIA, como nas multinacionais, tais factos têm o valor de testemunhos difícilmente desmentíveis.

A denúncia de Ryan tem todas as probabilidades de ser verdadeira. O Governo da Venezuela preferiria passar-lhe uma esponja. A denúncia das multinacionais não é coisa favorável a um governo burguês. Quando a suja teia de conluios e subornos se começa a desvendar, é difícil saber até onde vai. Mas neste momento não lhe é possível parar. Tentar-se-á uma saída tão airosa quanto possível. Mas o desnudar de mais este aspecto da actividade das multinacionais ajudará a aclarar qual o verdadeiro papel desempenhado pelas «ajudas» e a «colaboração» do imperialismo. Um imperialismo que só se verga a aceitar condições mutuamente vantajosas quando a luta e a coesão dos povos a isso o obriga.

A lenta agonia de Franco

Na agonia de Franco, os vários clãs da camarilha governamental batem-se pela posse do Poder. Em entrevista concedida ao semanário norte-americano «Newsweek», Juan Carlos, sucessor designado de Franco, pronuncia-se pela formação de um governo de coligação, do qual seriam excluídos «os comunistas e os esquerdistas».

Tudo indica estarmos nas vésperas de uma reatenação da farsa liberalizante. Aliás, os pronúncios datam de antes do súbito agravamento do estado de saúde do último ditador fascista da Europa. Já então, o Governo espanhol ensaiava novos passos na senda da demagogia. A personagem em destaque voltaria a ser Arias Navarro (o que atesta a falta de recursos humanos do fascismo espanhol). Por caminhos mais ou menos indirectos, transpirou oportunamente para o exterior o plano de uma «reforma política» que estaria em preparação, para corresponder à necessidade de melhorar a imagem internacional do franquismo, o suficiente para permitir ao mundo

capitalista manter os seus negócios com a Espanha numa forma aberta, sem o «impecilho» do protesto popular nos seus países. Assim, a projectada «reforma» incluiria um afrouxamento nos regulamentos sobre associações políticas, que, como ficou bem evidenciado pela prática, se limita a permitir a existência legal de organizações políticas devidamente impregnadas de ideologia fascista, com nuanças formais que permitam enganar os mais incautos e alargar eventualmente a bem restrita base de apoio do fascismo espanhol. Para além disso decretou-se a possibilidade de utilização — pelas associações políticas devidamente reconhecidas, claro está — da rádio e da televisão, durante um tempo livre fixado.

Com a morte de Franco, o recurso da demagogia fica com o caminho mais alargado. O nome de Franco é odiado. Em Espanha e entre todos os povos do mundo. Na memória das forças progressistas o saldo sangrento da guerra de Espanha nunca se apagará. De Juan Carlos ainda não se conhece — teoricamente — a prática. Embora se saiba, sem sombra de dúvidas, que seguirá o rumo do seu antecessor, a existência de uma figura nova na chefia, talvez simbólica, do Estado, permite utilizar melhor os recursos malabarísticos dos regimes fascistas, para fazer face ao isolamento e à luta das massas populares — a demagogia liberalizante. É o que será feito. A Europa dos «Nove» prepara-se para abrir caminho ao acolhimento no seu seio de uma Espanha pretensamente democrática, repintada à pressa a fachada suja de sangue. Juan Carlos promete o governo de coligação — o «pluralismo» fascista. Que mais lhe pode pedir a Europa «democrática»?

Entretanto, na hora da morte, são prestadas honras ao criminoso Franco. O Papa reza com fervor, pedindo para ele o auxílio divino. O mundo capitalista rende a última homenagem ao ditador que tão bem soube defender os seus interesses nesse sul europeu de redobrada importância estratégica com o fim do fascismo em Portugal.

Disciplina e Revolução

A imperiosa necessidade de íntima ligação entre o povo e Forças Armadas sempre que se pretende dar passos positivos por uma via progressista, a função necessariamente repressiva das FA, quando o que está em causa é a defesa dos interesses dos monopólios — são questões candentes da nossa época, problemas mundiais debatidos, em particular em zonas ou países onde é maior a movimentação revolucionária das massas trabalhadoras e mais contestado, consequentemente, o poder do capital.

Em reunião recentemente realizada em Montevideo, entre os delegados da 11.ª Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), tal problema tornou-se fulcro de todos os trabalhos, e dividiu, como seria lógico, a assembleia. Os delegados do Peru e do Panamá denunciaram abertamente a ofensiva da direita no continente, manifestaram o seu repúdio pela rapina dos recursos naturais pelas multinacionais, sublinharam, consequentemente, a necessidade de unidade entre Forças Armadas e Povo, face ao perigo das multinacionais, «cujo enriquecimento, à custa dos países mais fracos, não se detém mesmo face ao direito soberano dos povos ou ao respeito da vida humana» (princípios ignorados na política monopolista). Com o Peru e o Panamá alinharam o Equador e as Honduras, países em que ultimamente se têm verificado algumas alterações progressistas, e mesmo outros países latino-americanos, que não quiseram colocar-se ostensivamente ao lado de governos fascistas.

O Chile, a Bolívia, o Uruguai e o Brasil, apoiados pelos Estados Unidos, numa aliança bem compreensível, agitarão o já gasto, mas sempre presente, espantalho do comunismo. Para estes países fascistas da América Latina, cujos regimes assentam basicamente na repressão, a ligação povo/FA não cabe nos seus esquemas. É naturalmente «subversiva». O perigo não vem da direita (claro está!), mas da esquerda. É necessário combater «a vaga de subversão marxista no continente». As FA devem ter uma função repressiva — é esse o seu papel —, impor «ordem» no interior de cada país e no conjunto do continente, assediados pela «ameaça marxista».

Estas as posições diametralmente opostas que se confrontam em Montevideo. Boiando entre elas, as nuances oportunistas, dos que dizem sim... mas que também... dos que pretendem ir defendendo os interesses do capital, em nome dos interesses do povo. As dificuldades para se furar ao dilema colocado tornaram-se entretanto dominantes. O Chile, a Bolívia, o Uruguai e o Brasil viram-se isolados.

Em intervenção pronunciada na assembleia, o delegado peruano, Jorge Fernandez Maldonado, ex-ministro das Minas e Energia, e actualmente chefe do Estado-Maior das Forças Armadas peruanas, declarou: «O nosso conceito de segurança integral compreende o povo no seu conjunto», e acrescentou: «Queremos uma nação livre e soberana, justa e humana, onde o homem será o centro de todas as preocupações.» Por sua vez, o delegado panameniano salientou a necessidade de as Forças Armadas agirem de acordo com os interesses populares, sem o que estarão a defender, objectivamente, os interesses dos grandes monopólios.

A opção colocada em Montevideo não é de forma alguma exclusiva da América Latina. Conquistar as Forças Armadas para o lado do povo, para a defesa de ideais progressistas, é mesmo tarefa fundamental, a que as forças revolucionárias se têm obrigatoriamente de dedicar, sob pena de serem abortados todos os seus esforços, ou cortado o caminho para novos avanços.

Os pontos que se tornaram mais salientes no debate realizado em Montevideo são particularmente importantes, e esclarecem o verdadeiro sentido da unidade povo/FA. Ficou nítida a total identificação entre os que defendiam ser o grande perigo a «ameaça marxista» e os que se pronunciaram por um Exército como força repressiva. A ligação é evidente. A reacção sabe que são as forças de esquerda que se batem de facto pelos interesses populares. As verdadeiras forças de esquerda. Nem sempre o diz, porque é necessário encobrir, tanto quanto possível, tal verdade aos olhos dos povos. Mas sabe-o melhor de que alguns elementos pretensamente de esquerda, que assentam os seus esquemas mentais tão longe quanto possível da realidade. Em Montevideo isso ficou claro. Como ficou claro o apoio do imperialismo (que com tanta frequência se auto-apelida de «democrático») a tais posições abertamente reaccionárias. O que significa o governo dos que se pronunciaram por um Exército repressivo e se sentem ameaçados pela esquerda, está bem exposto (de uma forma brutal) na sinistra prática diária das forças repressivas dos países que defenderam tais teorias. É difícil imaginar paralelo para o terrorismo

desencadeado no Chile ou no Brasil, no Uruguai ou na Bolívia.

No pronunciamento do delegado panameniano foi levantada uma questão não menos importante. Não há alternativa para as Forças Armadas — ou actuação de acordo com os interesses populares, ou estão na prática a defender os interesses monopolistas. Essa a realidade que muitos tentam encobrir. Só poderá haver identificação entre povo e Forças Armadas quando estas conhecem os problemas da sua prática, convivem com as massas populares, ajudam na solução dos seus problemas. Encerrar as FA nos quartéis, só pode interessar a quem pretende manter o Exército afastado dos problemas do seu povo, susceptível portanto de funcionar como corpo repressivo. Aparentemente neutral. Na verdade ao serviço das forças reaccionárias. Ao serviço dos interesses do capital. Só a reacção pode interessar tal isolamento.

Neste domínio, a experiência revolucionária que se está a viver em Portugal é particularmente rica. Por isso mesmo, o exemplo do que se passou em Montevideo é-nos facilmente acessível, e aclara posições que são assumidas no nosso país, mesmo por forças que se dizem empenhadas na revolução. O espantoso dos golpes de esquerda», o desejo de apoio e identificação (mesmo quando negada) com as «democracias» burguesas, as tentativas de confinar as tropas aos quartéis e a uma disciplina caseira — tudo isto em nome da revolução —, mais não contém, objectivamente, do que tentativas de aniquilar a revolução portuguesa. Na América Latina como em Portugal, a reacção tem a mesma voz, os mesmos argumentos. Pouco importa a roupagem com que se vista, as juras pela democracia e a liberdade, a condenação formal das atrocidades dos seus parceiros. Para defender a revolução é indispensável saber ver sob as máscaras a sombra do fascismo que há quem queira voltar a projectar sobre o nosso país. É preciso arrancar a máscara, para que mesmo aqueles a quem as suas hesitações não deixam ver claro não alimentem ilusões sobre a verdade sinistra que se encobre (mal) sob a fachada de falaciosos discursos.

O filho de Corvalán viveu e morreu como um comunista

O camarada Luis Alberto Corvalán, filho do secretário-geral do Partido Comunista Chileno, hoje nas mãos dos tortionários de Pinochet, acaba de morrer em Sófia. Era membro do Comité Central das Juventudes Comunistas do Chile. Tinha 28 anos. Luis Alberto Corvalán não conseguiu resistir ao desgaste provocado por 11 meses de tortura num campo de concentração. A sua morte pode ser justamente considerada mais um crime da Junta fascista chilena, perita no aniquilamento de seres humanos.



Aquando da sua morte, o jovem comunista chileno encontrava-se exilado na capital búlgara, onde militava activamente na campanha internacional de denúncia dos crimes da Junta. A sua presença actual em Sófia tinha constituído mais uma vitória da campanha de solidariedade internacional às vítimas do terror sangrento dos sicários de Pinochet.

Luis Alberto Corvalán fora preso escassos dias após o golpe fascista de 11 de Setembro de 1973. Transferido para o campo de concentração de Chacabuco, Luis Alberto foi brutalmente torturado e humilhado pela polícia de Pinochet. Com o requinte e a crueldade que lhe são tristemente conhecidos, resistiu heroicamente às mais bárbaras agressões, às torturas, à violência de dias consecutivos sem dormir. Luis Alberto Corvalán sabia pelo que lutava. Por isso, a fúria desencadeada do corpo de assassinos de Pinochet não vergou, nem poderia jamais vergar, a sua vontade de revolucionário.

Em meados de Outubro do ano passado, o camarada Luis Alberto Corvalán foi libertado. Uma ampla campanha de solidariedade internacional arrancou-o, como a dezenas de outros militantes revolucionários, às masmorras e aos campos de concentração de Pinochet.

Luis Alberto Corvalán seguia com particular atenção o processo revolucionário em Portugal. Entusiasmava-se com os seus êxitos. Temia pelos seus recuos. Como o fazem todas as forças e militantes progressistas em todo o mundo. Como o fazem em particular os chilenos, cuja pátria esteve à beira da libertação definitiva, e mergulhou depois na noite negra do fascismo, num recuo histórico provisório inédito. Ainda em encontro recente, na RFA, com o nosso camarada Dias Lourenço, e o camarada Hermam Gautier, secretário do CC do PCA (encontro de que a fotografia que publicamos nos dá uma imagem), o jovem Luis Corvalán manifestou o seu profundo interesse e o seu entusiasmo pela revolução portuguesa.

A morte de Luis Alberto Corvalán será mais um golpe para seu pai, o secretário-geral do Partido Comunista Chileno. Um golpe que ele saberá suportar com a coragem e a firmeza de que tem dado provas iniludíveis. Mas deve também constituir mais um incentivo para o reforço e ampliação da solidariedade ao heroico povo do Chile, que hoje se bate pela definitiva libertação da sua pátria. Luis Alberto Corvalán não viveu em vão. Cabe a todos nós que a sua morte seja coerente com a sua vida. Que a sua morte signifique um redobrar na luta. Na acrescida solidariedade ao Chile. No empenhamento na luta na nossa própria terra, na construção da vitória de uma revolução que é o maior contributo que o povo português hoje pode dar para o avanço das forças progressistas no mundo, para a liquidação do fascismo, onde quer que ele exista.

Ao tomar conhecimento da morte em Sófia do camarada Luis Alberto Corvalán, o camarada Álvaro Cunhal enviou o seguinte telegrama a seu pai:

Luis Corvalán, secretário geral do Partido Comunista do Chile, Campo de Concentração de Ritoque, Chile.

«Profundamente emocionado pela má nova, enviamos fraternas saudações e sentidas condolências pela morte de Luis Alberto.» — Álvaro Cunhal.

A União Soviética fez aterrar suavemente em Vénus duas sondas espaciais não tripuladas, no espaço de três dias. Foram transmitidas fotografias, particularmente nítidas, de uma paisagem rochosa.

Em artigo do jornal teórico soviético «Kommunist», dedicado à revolução de 1917, afirma-se: «O desenvolvimento do processo revolucionário mundial provocou, e provocará, sem dúvida, no futuro, uma enorme variedade de formas e métodos de luta revolucionária. Mas a experiência da Revolução de Outubro demonstrou que, seja qual for o rumo que a classe trabalhadora escolha para o Poder, é essencial a permanente prontidão das massas revolucionárias de trabalhadores para formas pacíficas e não pacíficas de luta.»

Setenta e dois membros da Academia Soviética das Ciências condenaram, em comunicado publicado no «Izvestia», a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Andrei Sakharov. «Os cientistas soviéticos crêem que a atribuição é inconveniente e provocatória em natureza, e é sacrilégio contra os altos ideais do humanismo, paz, justiça e amizade entre povos de todos os países.»

Por acordo entre a empresa estatal húngara Granz Mavac e a sociedade Estaloproperu, de Lima, a indústria hidroelétrica húngara realizará um projecto de ampliação do rendimento da Central de Cannon del Plato.

O número de casebres e bairros da lata aumenta, no mundo capitalista, mais rapidamente do que a população — segundo peritos de urbanismo da ONU, reunidos em Genebra.

Reflectindo o clima que se vive nos Estados Unidos, 47% dos americanos, adultos, possuem uma arma de fogo. Ou seja — há mais americanos com uma arma de fogo do que com um gira-discos ou uma máquina de lavar loiça.

Terminou recentemente na cidade da Praia, em Cabo Verde, um curso de reciclagem de professores do ensino primário e secundário, levado a cabo pelo Ministério da Educação e Cultura e que teve a colaboração da UNESCO e do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial). Segundo afirmou o ministro da Educação e Cultura de Cabo Verde, este curso de reciclagem constituiu «uma minidescolonização à escala da educação».

A Organização Continental Latina-Americana de Estudantes (OCLA), convidou o movimento estudantil daquele hemisfério a realizar uma jornada de luta contra o fascismo e a reacção. A jornada compreende a solidariedade com os povos vítimas das ditaduras fascistas e que clamam liberdade para os presos políticos que, em países como a Nicarágua, Bolívia, Guatemala, Brasil, Haiti, Paraguai e Chile padecem em cárceres policiais e em campos de concentração.

O Panamá espera resolver nos próximos dois anos o problema do enclave colonial e recuperar a plena soberania sobre a zona do Canal — afirmou o presidente Torrijos, que advertiu os EUA, dizendo: «A paciência dos povos tem um limite.»

A Central Operária Boliviana (COB) ilegalizada, em comunicado não divulgado pela imprensa boliviana, exigiu ao regime de Banzer a imediata retirada das tropas dos centros mineiros e aldeias camponesas. Condena também a intervenção nos sindicatos, decretada a 9 de Novembro de 1974, data em que os partidos políticos e organizações estudantis foram ilegalizadas.

Segundo a Organização Panamericana de Saúde, em 1980 cerca de 139 milhões de pessoas não terão acesso aos serviços de saúde pública na América — cerca de 37% da futura população desta zona.

Cuba e a União Soviética assinaram um acordo de cooperação para o desenvolvimento da indústria açucareira cubana, no quadro da comissão intergovernamental de cooperação económica e científico-técnica (COMTECON). O objectivo fundamental do acordo assinado é a reconstrução de 21 centrais açucareiras, o desenvolvimento da construção de equipamento para esta indústria e a ampliação da sua mecanização.

As multinacionais da indústria química retiram, todos os anos, 800 milhões de dólares do México.

O presidente do Congresso Africano da África do Sul denunciou «a perigosa e sinistra política do Governo da República Federal Alemã, destinada a perpetuar o regime de apartheid».

A Assembleia Geral e a Comissão de Descolonização das Nações Unidas aprovaram uma importante moção condenando com veemência o regime de minoria branca do primeiro-ministro rodesiano, Ian Smith, e apoiando o movimento patriótico africano que opera naquele território.

O programa do Partido Comunista Cubano, que acaba de ser publicado em Havana, afirma que Cuba seguirá uma linha ideológica estritamente marxista-leninista e combaterá as campanhas anti-soviéticas. Por outro lado, compromete-se a eliminar, através do estudo sistemático e generalizado do marxismo-leninismo, atitudes como o individualismo, o egoísmo, o bairrismo, a irresponsabilidade, a burocracia, o uso indevido da influência pessoal e a falta de espírito de auto crítica. Este programa será discutido por milhões de cubanos.

Uma conferência sindical de solidariedade com os trabalhadores chilenos, realizada em Londres, exortou o governo britânico a cancelar todos os contratos de armamentos com o Chile e a exigir a este país o pagamento da sua dívida externa.

Falando na sessão inaugural de uma escola política da FRELIMO, o camarada Samora Machel, presidente da República Popular de Moçambique, declarou que «é nosso dever participar na luta pela libertação do Zimbabwe, o que significa apressar a queda do primeiro-ministro rodesiano, Ian Smith».

URSS: PROPRIEDADE PESSOAL MAS NÃO PROPRIEDADE PRIVADA

Como os factos desmentem todos os dias a má-fé e as calúnias sobre a União Soviética e os outros países onde se constrói o comunismo. Posso ter e conservar o que é meu. Não posso é com os meus bens explorar seja quem for. O produto do meu trabalho não pode servir para viver do trabalho alheio

Conheceram-se num encontro internacional da juventude em Moscovo. Simpatizaram. E, uma tarde, o jovem moscovita convidou o novo amigo a ir tomar uma chávena de chá a sua casa. Ao entrar no apartamento, o visitante estrangeiro examinava tudo com extrema atenção; observava uma e outra coisa com evidente curiosidade. O dono da casa começou a sentir-se um pouco à vontade. Como derivativo, abriu a televisão. O amigo olhou o aparelho durante uns minutos e perguntou:

— Esta televisão é tua?
— É! — admirou-se o jovem moscovita.
— E o apartamento?
— Também — respondeu com assombro crescente.
— E se tu quiseres podes vendê-lo ou oferecê-lo?
— Ah! Agora entendo! Este apartamento é do Estado e eu pago mensalmente uma quota estabelecida. Disse que era meu porque me está reservado praticamente para toda a vida. E, quando me casar, pertencerá, da mesma forma, à minha mulher e aos meus filhos. Se a casa vier a desagradar-me e quiser ir para outra, posso fazê-lo através da secretaria correspondente. Mas se quiser oferecê-la ou transferi-la para alguém, não, isso não posso fazer, o que, aliás, não me incomoda absolutamente nada. Para os que querem ter a sua própria vivenda e vendê-la, existem as cooperativas de construção com base no dinheiro depositado pelos seus membros.

O visitante desatou a rir. No seu país muitos jornais e revistas asseguravam que os soviéticos nada possuíam que lhes pertencesse realmente.

— Isso quer dizer, portanto, que na URSS existe propriedade privada...
— Não! — disse o moscovita. — No nosso país foi abolida a propriedade privada pela Revolução de Outubro de 1917.

A PROPRIEDADE SOCIALISTA reveste duas formas: a propriedade do Estado e a propriedade cooperativo-kolkhosiana.

Constitui propriedade do Estado, de todo o povo, a terra, o sub-solo, as águas, os bosques, as fábricas, as minas, e, além do mais, tudo o que tenha uma importância nacional.

A propriedade cooperativo-kolkhosiana inclui as empresas colectivas vinculadas à produção obtida nessas cooperativas, e pertence às colectividades de trabalhadores; apenas os membros da cooperativa têm direito a dela dispor.

— Então o que significa tudo isto? — e o visitante assinalava com um gesto o que o rodeava. — É o que me acabas de dizer?
— Desta vez foi a vez de o dono da casa desatar a rir.
— Isto constitui a propriedade pessoal, que é muito diferente da propriedade privada!

ONDE ESTÁ ENTÃO A DIFERENÇA?

O Direito Civil burguês ignora a instituição da propriedade pessoal. Apenas compreende a propriedade privada, que abarca tudo aquilo com que o homem depara na vida e no trabalho. Trata-se de propriedade sobre a terra, as florestas, as riquezas naturais, os instrumentos e os meios de produção, que pertencem aos capitalistas e aos latifundiários; trata-se da propriedade dos camponeses e artesãos, que, embora possuindo terra e algumas máquinas, são eles próprios que trabalham; e, por fim, a propriedade sobre os objectos de uso corrente que cada um possui.

Um ponto de vista semelhante nivela as diferentes formas da propriedade,



A construção do comunismo interessa profundamente a juventude

para dispor da mesma. Se uma pessoa deposita uma soma num

banco, é evidente que, em qualquer momento, a pode retirar no todo ou em parte,

e, pode, além do mais, legá-la a quem quiser.

A mesma regulamentação aplica-se aos outros objectos de uso pessoal: vender, oferecer ou legar. Apenas não deve violar o princípio socialista fundamental: não extrair da propriedade pessoal lucros que não provenham do próprio trabalho. Quando se viola esta norma, então...

...Os esposos Batiushkov estranharam que tivessem recebido a citação do julgamento. Sucedeu que haviam alugado a sua casa, convertendo-a numa fonte de lucros.

«É a nossa própria casa» — insistiam os Batiushkov. — «Por acaso não podemos dispor da nossa propriedade ao nosso livre gosto?»

«Sim, podem» — responderam-lhes. — «O Estado não proíbe ao proprietário que renuncie a parte das suas comodidades e arrende a casa ou qualquer outro objecto que lhe pertença. As nossas pretensões são de outra índole. Que mensalidade cobram aos vossos inquilinos?»

Batiushkov disse-o. «Pois veja, essa soma é o dobro da que permite o Estado. E por isso mesmo que têm de responder perante a lei.»

Deste modo, ao mesmo tempo que o Estado outorga ao dono da propriedade pessoal o direito de dispor dela, presta atenção para que ela se não converta numa fonte de lucros que não provém do trabalho de cada um. Tudo se faz para satisfazer os desejos dos homens e para que nada permita que a propriedade pessoal seja usada com fins lucrativos.

HUNGRIA: DEMOCRACIA NAS FÁBRICAS

Sándor Gáspár, secretário-geral do Conselho Supremo dos Sindicatos Húngaros, analisou a questão do **democraticismo fabril, elemento fundamental da direcção socialista, no último Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro**

No Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro, realizado em fins do passado mês de Março, o camarada Sándor Gáspár, secretário-geral do Conselho Supremo dos Sindicatos Húngaros e membro da Comissão Política do Partido, num importante discurso abordou a questão do papel da classe operária na sociedade. Da intervenção do camarada Sándor Gáspár destacamos alguns aspectos.

NO TRABALHO, O OPERÁRIO PARTICIPA NO PODER

A política do nosso partido não é a política de alguns mas a política da classe operária fundamentada em firmes bases ideológicas. O nosso princípio essencial é o de que um partido revolucionário só pode fazer aceitar a sua política se no estabelecimento e cumprimento desta política se apoia na participação e nas exigências reais dos trabalhadores tomando em consideração as suas opiniões. Este é um dos mais importantes aspectos da democracia socialista.

Nos centros de trabalho isto significa que os trabalhadores devem participar na formação do seu próprio destino. No actual período do nosso desenvolvimento socialista, a situação é de que em todos os centros de trabalho, nas empresas, nas aldeias e cidades, as tarefas locais e nacionais, todas as pequenas e grandes questões são assunto de todos. Planeamos e realizamos em conjunto as nossas tarefas. Na construção da sociedade socialista teve, tem e terá cada vez maior importância a actividade dos trabalhadores. O domínio do democraticismo fabril. Todos, tanto

dirigentes como outros trabalhadores, devem sentir e compreender que na construção da sociedade socialista é insubstituível e imprescindível a actividade política, produtiva e social das massas. Esta é uma das características essenciais do nosso sistema. O predomínio da democracia fabril é um meio decisivo para desenvolver e fazer prevalecer cada vez mais a essência interna do sistema socialista.

A participação massiva dos trabalhadores nas decisões, o apoio das suas opiniões e experiências, além de constituir um meio de auto-defesa contra os equívocos, é também uma enorme força para a formação do homem e constituiu um meio para se fazer sentir na vida quotidiana a função dirigente da classe operária. Em que local se não no centro do seu trabalho podem os trabalhadores sentir que fazem parte do poder diariamente? É evidente que os trabalhadores podem manifestar a sua opinião e fazer as suas propostas nos diferentes foros políticos e profissionais, nas conferências nacionais, etc., mas isto não é suficiente. O operário não pode ter a sensação de que participa no poder se no seu próprio centro de trabalho a sua opinião não é pedida, se ninguém escuta as suas sugestões ou observações críticas.

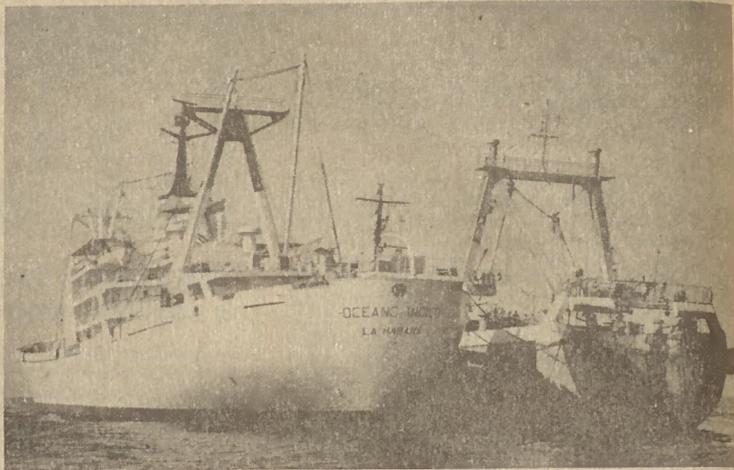
RESPONSABILIDADE DA CLASSE OPERÁRIA

A responsabilidade da classe operária na construção da sociedade, na vida quotidiana, expressa-se na responsabilidade individual de cada trabalhador. Aquele que participa nas decisões

sente maior responsabilidade e actua de maneira diferente na execução das tarefas do que aquele que não é mais do que um executivo.

Queremos ser ferreamente consequentes no fortalecimento do poder operário e na realização dos nossos planos. Por isso, consideramos de grande importância os dirigentes económicos como meio de gestão na responsabilidade individual. Mas por si isto não basta se não for acompanhado pela actividade dos trabalhadores, da sua aptidão para tomar iniciativas, da sua convicção resultante da própria participação.

A democracia socialista deve fazer-se valer respeitando e conhecendo a vontade de cada um. Só deste modo é possível dirigir de uma maneira autenticamente democrática. Só isto cor-



CUBA À CONQUISTA «PACÍFICA» DOS MARES

Na planificação da sua economia socialista, Cuba soube encontrar o melhor caminho para o desenvolvimento da actividade piscatória, factor decisivo para o progresso nacional

A actividade piscatória cubana que, no ano passado, alcançou mais de 150 mil toneladas de peixe e mariscos, constitui hoje um dos sectores fundamentais da economia nacional.

Este facto resulta de quinze anos de trabalho constante, desenvolvido apesar da agressão e do bloqueio imposto pelos Estados Unidos. As frotas pesqueiras cubanas são o resultado da determinação revolucionária de lutar pelo seu desenvolvimento, de construir uma economia piscatória de produção eficiente e tecnologia moderna.

Os barcos de pesca cubanos desembarcam actualmente produtos essenciais para a alimentação da população, proporcionam meios consideráveis para o financiamento do seu próprio desenvolvimento e contribuem para outras actividades económicas da nação. As exportações de produtos marítimos em 1973 excederam os 35 milhões de pesos.

As últimas estatísticas disponíveis conferem a Cuba o primeiro lugar nas capturas na área do Mar das Caraíbas, sendo Cuba

nesta zona e na da América Central, apenas precedida pelo México. No conjunto dos países latino-americanos, Cuba ocupa a sexta ou sétima posição.

Há quinze anos, as capturas totais de Cuba atingiam apenas 21 900 toneladas, ocupando o nono ou décimo lugar num conjunto de baixa produção do Continente.

A partir do triunfo revolucionário, em 1959, os índices anuais foram sendo superados sucessivamente. Em quinze anos os estabelecimentos desenvolveram-se consideravelmente, aumentou o número de barcos e as suas dimensões, apareceram novas zonas de pesca e os métodos tradicionais da actividade piscatória foram substituídos por outros mais produtivos.

Técnica avançada

O número de pescadores não aumentou sensivelmente durante estes quinze anos apesar do extraordinário crescimento da actividade. A produtividade por pescador subiu de tonelada e meia, em 1958, para 11 toneladas, em 1973. Este facto é reflexo do avanço da Revolução Técnica.

A luta dos pescadores cubanos pelo aumento da produtividade e da produção não encontrou apenas as dificuldades características da rápida introdução de métodos técnicos de alto rendimento. Os pescadores cubanos enfrentaram ainda a agressão armada, o sequestro e destruição de barcos e o assassinio de companheiros de faina.

Mas hoje, como resultado da firmeza e determinação revolucionárias dos pescadores cubanos, empenhados como todos os trabalhadores na construção do socialismo, a bandeira cubana está presente nos mares do mundo inteiro. Os grandes barcos da marinha piscatória de Cuba são assistidos pela Frota Cubana de Pesca e pela Frota de Atum de Cuba. Estas modernas embarcações oceánicas, equipadas com todas as técnicas de pesca, atravessam os mares e contribuem para o desenvolvimento da economia nacional, tendo em 1973 capturado mais de 80 mil toneladas de peixe e mariscos, número jamais atingido em Cuba antes da triunfante Revolução Socialista.



responde aos princípios socialistas e cria condições cada vez melhores para o serviço colectivo da causa da classe operária.

A direcção das nossas empresas não é somente uma tarefa económica mas também uma importantíssima tarefa política. Assim, o

predomínio da democracia fabril é parte integrante e inseparável do labor dos dirigentes das empresas.

Não se pode passar grande parte do dia ocupando-se de questões económicas e fabris, e depois dedicar uma hora para tratar da democracia... O critério

mais importante para avaliar o desenvolvimento da empresa para a gestão autónoma analisa-se pelo grau em que se é capaz de incorporar os trabalhadores na gestão, em que medida se conseguiu transformar em assunto público os problemas da produção e criar uma boa atmosfera no centro de produção.

Democracia na preparação e disciplina na execução! Esta é uma das regras da vida fabril. Os dois aspectos são indissolúveis.

Por outro lado é evidente que a prática do democraticismo fabril tem importante papel nos foros institucionalizados: as assembleias de produção, as reuniões de brigada de trabalho e as assembleias operárias. Mas seria errado considerar-se a democracia fabril como uma decoração solene a utilizar-se somente nas assembleias e que na rotina quotidiana deve ser guardada. O democraticismo fabril não é um acto formal. Não equivale a reuniões realizadas ocasionalmente. Pode afirmar-se que o democraticismo fabril é um dos mais importantes elementos da direcção socialista, que deve fazer sentir nas relações quotidianas dos operários e outros trabalhadores.

CAMARADA

ASSINA E DIVULGA O



ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTÍFICO

edições **Avante!**

FAZ JÁ A RESERVA DESTA EDIÇÃO NAS LIVRARIAS «AVANTE!» — LISBOA, AV. SANTOS DUMONT, 57-C. PORTO, R. PEDRO NUNES, 9-A. MARINHA GRANDE — LIV. 18 DE JANEIRO. BAIXA DA BANHEIRA — LIV. 1.º DE MAIO, E NOS CENTROS DE TRABALHO DO PARTIDO

SAI DENTRO DE DIAS